



CENTRO EDUCACIONAL PROFº ÁUREO DE OLIVEIRA FILHO



PPP

Projeto Político Pedagógico 2025

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







Projeto Político Pedagógico
2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

COMISSÃO COLABORATIVA ESCOLAR DO PPP:

GESTÃO ESCOLAR

Verônica Ferreira Lima

Williany Falcão Lopes

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Diego Macário da Silva

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES:

Chablick de Oliveira Morgado

Pedro Thiago Gonçalves Souza

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICOS:

Lailça Ribeiro Silva

Aidê Araujo Sampaio

REPRESENTANTE DO CONSELHO ESCOLAR:

David Jhonny Jesus da Silva

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS:

Adilma Rosário Cardoso

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. Organização do Tempo Escolar

1.2. LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

1.3. DIAGNÓSTICO ATUAL

1.3.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, DE SOCIEDADE E DE CULTURA

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.4. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.5.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

2.5.2. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.2. RECOMPOSIÇÕES DA APRENDIZAGEM

3.3. AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.4. TEMAS INTEGRADORES

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.2. TRANSIÇÃO DO 9º ANO PARA O ENSINO MÉDIO

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

5.2. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.4. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

5.5. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

5.6. POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

5.7. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

6. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

**7. A FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL**

8. COMUNICAÇÃO ESCOLA / FAMÍLIA / COMUNIDADE

9. DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INO DO MUNICÍPIO DE ANGUEA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

*Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!*

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernarndo da Silva

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento que apresenta todos os objetivos que a escola se propõe a alcançar, incluindo assim, princípios, diretrizes e metas estabelecidas pela comunidade escolar. De acordo Freitas (2009), esse documento se organiza através de propostas concretas para todo o período letivo. Nele são expressas concepções políticas e o compromisso com relação à formação. O autor acrescenta que o PPP funciona como roteiro para a comunidade pedagógica, pois norteará o trabalho de todos os atores envolvidos no espaço escolar.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é a própria identidade da escola. Por essa razão, é fundamental que a instituição de ensino promova o diálogo entre toda a comunidade escolar, prezando pelo cumprimento do que está posto, objetivando a consolidação das aprendizagens.

A construção desse documento ocorreu de forma democrática, a partir do diagnóstico levantado junto a todos os segmentos, cumpriu um cronograma de formações e encontros programados, bem como está respaldado pela legislação educacional e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Trata-se de um texto flexível, sujeito a reformulações periódicas, pois as práticas pedagógicas, sobretudo, no momento atual, transitam dentro de um universo de constantes inovações sociais, cabendo à escola perceber essas transformações, avaliar e planejar estratégias buscando sempre inserir novos procedimentos na prática pedagógica, sem perder de vista os valores éticos e morais que disciplinam a relação de respeito entre todos os envolvidos nesse processo.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho (CEPAOF);

ENDEREÇO: Avenida Felipe Pedreira Brandão, S/N, Centro;

CEP: 44670-063;

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia;

LOCALIZAÇÃO: Região do Semiárido Nordeste;

E-MAIL: cepaof.escola@gmail.com;

TELEFONE: (75) 3239-6511;

CNPJ: 01.963.752/0001-10;

CÓDIGO DO INEP/SÉRIE: 29435463;

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera;

ATO DE CRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: Decreto Nº 122, de 03 janeiro de 1974;

ATO DE AUTORIZAÇÃO: Resolução Nº 1.454, de 04 de maio de 1985;

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação Especial

Educação de Jovens e Adultos

NÚMERO DE TURMAS E ESTUDANTES NO ANO DE 2025:

SÉRIE	TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
6º ANO	Único	Matutino	21
7º ANO	A	Matutino	20
8º ANO	B	Matutino	16
8º ANO	A	Integral	24
9º ANO	A	Integral	26
9º ANO	B	Integral	17
9º ANO	C	Integral	22
7º ANO	B	Vespertino	09
8º ANO	C	Vespertino	20
8º/9º ANO	Única	Vespertino	28
Total			203

QUADRO DE PROFISSIONAIS:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Veronice Ferreira Lima	Diretor	Especialização
Júlio Cesar Lobo De Almeida	Vice-Diretor	Especialização
Williany Falcão Lopes	Vice-Diretor	Especialização em Curso
Diego Macário Da Silva	Coordenador	Especialização
Joseane Moreira Santos Oliveira	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo Formação Geral
Lailça Ribeiro Silva	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo
Vera Lúcia Alves De Almeida Mendes	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo Magistério
João Batista Rodrigues Mendes	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo Magistério
Antônio Juciê Souza Moura	Assistente Administrativo	Ensino Superior Incompleto
Ieda Lima Deus	Auxiliar Administrativo	Graduação
Maria Helça De Souza Rodrigues	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo Magistério
Luiz Oliveira Machado	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo Magistério
Ionara Costa De Carvalho Figueredo	Agente De Desenvolvimento Eduacional	Graduação
Lais Oliveira Correia	Auxiliar De Ensino	Ensino Fundamental
Emilly Silva Fernandes	Auxiliar De Ensino	Ensino Médio Completo
Paloma Soares Accarini	Auxiliar De Ensino	Ensino Médio Incompleto
Isaías Barbosa Da Silva	Agente Tecnológico	Ensino Médio Completo/Curso Técnico
Maria Aparecida Lima De Jesus	Agente Tecnológico	Ensino Médio Completo
Gilmara Da Silva Nery	Psicopedagoga	Especialização
Eliana Oliveira De Carvalho	Psicóloga	Graduação
Aline Silveira Oliveira Dos Reis	Merendeira	Ensino Médio Completo
Claudiana Souza C. De Souza	Merendeira	Ensino Médio Completo Magistério
Rosedite Da Conceição Carvalho	Merendeira	Ensino Médio Completo Incompleto
Anselma Santos Souza	Merendeira	Ensino Médio Completo Magistério
Alexandra Oliveira Santos	Aux. De Merendeira	Ensino Fundamental Incompleto
Aidê Araújo Sampaio Batista	Servente	Ensino Médio Incompleto
Adriana Araujo Ferreira	Servente	Ensino Fundamental Incompleto
Vanessa Teles Rodrigues	Servente	Ensino Médio Completo
Silvana Vieira Souza	Servente	Ensino Médio Incompleto
Vilma Muniz Bastos	Servente	Ensino Médio Incompleto
Alef Cordeiro Da Silva	Porteiro	Ensino Médio Incompleto

PROFESSORES:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Adriana Dos Santos Silva	Professor	Graduanda
Ana Claudia Castor Antunes	Professor	Especialização
Ana Rita De Miranda Soares Leite	Professor	Graduação
Andréia Abdon Peixoto	Professor	Mestrado
Chablick De Oliveira Morgado	Professor	Mestrado
Cláudio De Jesus Caldas	Professor	Especialização
David Jhonny Jesus Da Silva	Professor	Licenciado
Deise Cristina Santos Ferreira Aguiar	Professor	Mestrado
Edelvan Silva Santos	Professor	Especialização
Edmilene De Jesus Santos	Professor	Graduanda
Edmundo Reis Carvalho	Professor	Mestrando
Elisângela Alves Mendes	Professor	Mestrado
Florisdete Silva Ferreira Brito	Professor	Especialização
Francemberg Teixeira Reis	Professor	Mestrado
Franciscleide Ribeiro Dos Santos	Professor	Mestrado
Gidaiane Santos Oliveira	Professor	Licenciada
Kelly Cristina Araújo Brito De Oliveira	Professor	Licenciada
Laiane Santos Cordeiro Rios	Professor	Licenciada
Larissa Rodrigues Santos	Professor	Mestrado
Lenise Souza Santos	Professor	Especialização
Liliane Santana Teles	Professor	Licenciada
Maíra Lorena Paixão Barbosa	Professor	Especialização
Marcelo Ataíde Silva	Professor	Mestrado
Marcilene Dos Santos Costa	Professor	Mestrado
Marta Ferreira De Melo	Professor	Graduanda
Nailson De Jesus Silva	Professor	Graduando
Ozineide Silva Gusmão	Professor	Mestrado
Roberta Da Costa Nazario	Professor	Licenciada
Roberto Silva De Jesus	Professor	Licenciado
Sammile Ramos Rodrigues Goulart	Professor	Especialização
Thiago Nascimento Leite	Professor	Licenciado

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1 Função Social: Missão, Visão e Valores

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho tem como missão promover o desenvolvimento e formação global dos estudantes através de uma educação de excelência, buscando a consolidação do indivíduo como ser pensante e transformador de sua realidade social. Com isso, o proporcionar um ambiente favorável ao estudo e a convivência de toda a comunidade escolar, está inserido na proposta da instituição. Visando à troca de experiências, a mediação do conhecimento, valores e projetos para o benefício de todos os envolvidos no processo

educacional, priorizando assim, o ensino aprendizagem do aluno em todas as áreas do conhecimento.

A visão da instituição é ser um centro educacional de referência inovadora em suas propostas e práticas pedagógicas na formação de cidadãos críticos, conscientes e empreendedores do seu futuro, atuando no desenvolvimento da cidadania, baseada numa gestão democrática e participativa.

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho (CEPAOF) implementa ações contextualizadas com a realidade em que vivemos, baseadas em valores que buscam a preservação e desenvolvimento de toda a comunidade escolar. Dentre estes destacamos os seguintes valores:

- ✓ Respeito;
- ✓ Ética;
- ✓ Responsabilidade socioambiental;
- ✓ Respeito às diversidades sociais;
- ✓ Disciplina;
- ✓ Justiça;
- ✓ Integração da família.

O Centro Educacional Áureo de Oliveira Filho está situado no município de Anguera-Ba, localizada na região do semiárido nordestino, com uma população estimada de 11.031 habitantes (CENSO IBGE 2022), com a maioria concentrada na Zona Rural. O município possui dois povoados (Areia e Guaribas) e diversas comunidades.

As principais atividades econômicas são: pecuária, agricultura de subsistência e o comércio varejista. A economia do município introvertida, ou seja, pouco desenvolvida, dentre vários fatores que ocasionam esse quadro, podemos citar: a situação climática devido a grandes estiagens, a falta de indústrias no município, o turismo não é explorado e o comércio se restringe a população local.

Uma das dificuldades do município, em nível social, diz respeito a emprego e renda. Além da aposentadoria e do serviço público municipal, tem começado a se instalar opções de fábrica na cidade, porém, ainda em pequeno porte. O número de trabalhadores informais predomina, conforme um olhar sobre a realidade cotidiana. A

média salarial dos que possuem trabalho formal, é de 1,3 salários, conforme dados apontados pelo IBGE. Porém, reconhecidamente, trata-se de um quantitativo pequeno da população.

A escola faz a gestão administrativa via Diretor e Vice-Diretor, com participação do Conselho Escolar. Os recursos destinados à escola são provenientes dos programas: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), além dos recursos obtidos diretamente da municipalidade, através da Secretaria de Educação, provenientes de verbas federais e municipais.

A instituição possui um organograma bem claro e simples de ser entendido, onde cada colaborador possui um papel importante na instituição. A gestão da escola é realizada de forma democrática onde toda a comunidade escolar participa e atua no planejamento da escola.

A constituição da equipe gestora é feita por Processo Seletivo onde existe uma diretora e dois vice-diretores. A equipe da coordenação pedagógica é composta por um coordenador, trinta e um professores.

A Unidade Escolar apresenta diversos setores que trabalham em consonância e harmonia, porém, cada um com suas especificidades que lhes são características. Desta forma a estrutura física está assim distribuída:

- ✓ **Diretoria:** A diretora e os vice-diretores garantem a organização de toda a escola diariamente, o diálogo entre setores, o atendimento a todos, bem como, a tramitação financeira da escola junto ao PDDE e Caixa Escolar dão suporte a todas as atividades pedagógicas que são realizadas durante todo o ano letivo.
- ✓ **Coordenação Pedagógica:** A coordenação pedagógica atua diariamente na Unidade mediando o diálogo entre todos os sujeitos envolvidos no processo pedagógico: aluno, professor, gestor, colaboradores de modo geral, pais de alunos, bem como, todas as informações e orientações encaminhadas pela Secretaria da Educação para o cumprimento e o bom êxito das atividades pedagógicas. Na sala da coordenação ocorrem os encontros semanais para realização das Atividades Complementares (AC's).
- ✓ **Portaria:** O agente de portaria tem a missão e responsabilidade de acolher o alunado verificando seu fardamento e pontualidade na chegada para as

atividades escolares, bem como, atentando alunos para eventuais entradas em outros horários para outras atividades no contra turno do ensino regular. Também acolhendo pais de estudantes e outras pessoas da comunidade que necessitam de informações da Escola.

- ✓ **Secretaria:** Os funcionários da secretaria executam trabalhos diversos desde o atendimento de informações, matrículas, transferências, históricos escolares, organização dos diários de classe dos professores, registro de faltas dos alunos no sistema, digitação e impressão de atividades e outros documentos, garantindo o expediente normal da escola.
- ✓ **Sala de Leitura:** É um ambiente propício à leitura, utilizada também para pesquisa, apresentação de trabalhos escolares e reuniões com líderes e vice-líderes de sala, reunião do conselho escolar. É utilizada também pelos professores quando necessitam ministrar aulas com recursos tecnológicos: Data Show e TV. Nesse ambiente temos uma funcionária que atende a toda comunidade escolar
- ✓ **Laboratório de Informática:** Equipado com 10 computadores, o laboratório de informática vem oferecer ao alunado o advento da tecnologia para agregar aos saberes que vêm sendo construído. Há um colaborador que fica a disposição para auxiliar o uso das máquinas, marcar os horários para uso, e manter a organização do local.
- ✓ **Sala dos Professores:** A sala dos professores é o lugar reservado para o corpo docente organizar, planejar e socializar suas atividades com os outros professores.
- ✓ **Salas de Aulas:** As salas de aula são os principais espaços de uma Unidade Escolar, é nelas que acontecem as trocas de experiências entre professor e alunos. A escola possui 09 salas de aula com climatização e iluminação adequada.
- ✓ **Cozinha:** A cozinha da Unidade Escolar é bem arejada e limpa, proporcionando a preparação dos alimentos de maneira saudável e higiênica. As merendeiras trabalham em constante unidade, amor e harmonia, buscando o cumprimento

do cardápio proposto pela nutrição e a satisfação dos alunos ao degustarem a merenda escolar.

- ✓ **Pátio:** Espaço amplo da escola, agradável, no qual os alunos de turmas diferentes se encontram na hora do intervalo para socializar; Um Auxiliar de Desenvolvimento Educacional acompanha as atividades de deslocamento, disciplina e comportamento do alunado. As apresentações culturais e os eventos educativos também são realizados com periodicidade. Nesse espaço, também ocorrem os eventos da comunidade local em finais de semana como aniversários, casamentos entre outros.
- ✓ **Banheiros:** A escola possui cinco banheiros sendo dois para os alunos um masculino e um feminino, um para os funcionários, um na sala dos professores e um na sala da coordenação pedagógica.
- ✓ **Almoxarifado e Arquivo:** Espaço destinado à organização de documentos antigos que, pela importância, não podem ser descartados, dentro de pastas identificadas por ordem sequencial. Como também a organização de outros objetos pertencentes à escola.
- ✓ **Sala de atendimentos:** A sala de atendimentos funciona dentro da escola com o apoio de uma Professora de AEE e uma psicopedagoga, que trabalham em consonância, elas fazem acompanhamentos, pronto-atendimento se necessário, além das várias ações desenvolvidas em parceria com todos da comunidade escolar.

1.1.2 Organização do Tempo Escolar

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho oferece o ensino em tempo parcial e integral, respectivamente nos turnos matutino e vespertino, garantindo aos alunos uma jornada escolar de 04 (quatro) horas diárias, para as turmas de tempo parcial e 08 (horas) nas turmas de tempo integral distribuídas conforme a tabela que segue:

	TURNO MATUTINO		TURNO MATUTINO	
	INÍCIO	TÉRMINO	INÍCIO	TÉRMINO
1ª AULA	07h30min	08h15min	13h05min	13h50min
2ª AULA	08h15min	09h	13h50min	14h35min
3ª AULA	09h	09h45min	14h35min	15h20min
INTERVALO	09h45min	10h	15h20min	15h35min
4ª AULA	10h	10h45min	15h35min	16h20min
5ª AULA	10h45min	11h30min	16h20min	17h05min

1.2. LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho foi criado pelo Decreto de nº 122, de 03 de janeiro de 1974, tendo autorização para funcionamento do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série através da Portaria resolução Nº 1.454, de 04 de maio de 1985;

Criado pelo município de Anguera, inicialmente foi mantido pelo Governo do Estado da Bahia, através de um convênio firmado entre os governos: estadual e municipal.

A inauguração ocorreu em uma terça-feira pela manhã, no dia 02 de abril de 1974, com o prédio possuindo quatro salas de aula, secretaria, dois banheiros, cantina e pátio de recreação.

Para atender as necessidades estudantis do município e exigências do mercado de trabalho, o colégio passou a ofertar o Ensino Médio nas modalidades Magistério e Técnico em Contabilidade, conforme publicação no Diário Oficial da Bahia de 25 e 26 de novembro de 1978 e reconhecimento definitivo do Conselho Estadual de Educação através do Parecer 021 e Resolução 1454 publicada no Diário Oficial da Bahia de 04 e 05 de maio de 1985.

O antigo curso de Magistério, no nível do 2º grau, atualmente Ensino Médio, marcou uma geração de Professores formados no próprio Município, um importante momento na história do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho e que deixou um efeito muito positivo no enredo educacional anguerense. Até hoje um grande número de profissionais atuantes na educação de Anguera veio do antigo

curso de Magistério do CEPDOF, que nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, marcou uma geração de jovens que buscavam ascensão para o mercado de trabalho.

Posteriormente, com a extinção do Curso de 2º Grau, nas modalidades de Magistério e Técnico, a unidade de ensino passou a ofertar o Ensino Fundamental de 5ª à 8ª Série e o Ensino Médio do 1º ao 3º Ano intitulado de Curso de Formação Geral.

Atendendo as exigências da Lei 9394 de 20/12/1996 de Diretrizes e Bases da Educação que prevê a municipalização do Ensino Fundamental, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho teve seu convênio com o Governo do Estado cancelado em 2003, passando a ser mantida pela Prefeitura Municipal de Anguera, ofertando exclusivamente o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série, que atualmente é de 6º ao 9º Ano.

Ao longo de sua existência, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho realizou grandiosos e marcantes eventos para a comunidade escolar e local, como os desfiles cívicos, gincanas, comemorações de datas e festejos populares.

Outra marca da escola, ao longo da sua história, é a tradicional parceria com a comunidade no sentido de ceder o pátio para eventos: casamentos, aniversários, formaturas, bailes e encontros religiosos, permanecendo assim até os dias atuais. Para a comunidade local, o CEPDOF marcou a vida de inúmeros estudantes que por aqui passaram e se tornaram destacáveis profissionais.

Professor Áureo de Oliveira Filho, nome atribuído à escola, foi um Deputado Estadual com destacável atuação política em favor de pleitos referentes à Anguera. A emancipação política do município, consolidada no ano de 1961, contou com sua contribuição.

Nascido na cidade de Feira de Santana, Áureo de Oliveira Filho (1902-1976), era Cirurgião Dentista, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1932) e foi proprietário da instituição de ensino particular Ginásio Santanópolis, que em 1942 foi, na região de Feira de Santana, a única instituição de Ensino Secundário. No ano de 1935, Áureo Filho foi vereador de Feira de Santana, Deputado Estadual, tendo sido também Professor do Santanópolis no período de 1934 a 1959 – instituição na qual lecionou as seguintes disciplinas: Ciências Naturais, Inglês, Física, Química e Biologia. Além disso, cabe citar que na década de 1950, Áureo Filho foi membro da instituição filantrópica Rotary Club de Feira de Santana.

1.3. DIAGNÓSTICO ATUAL

1.3.1. Avaliação Institucional

Segundo Silva (2019), a avaliação institucional torna-se um instrumento de reorientação do trabalho educativo com base na construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa. Assim, a avaliação auxilia na implementação de melhorias e possibilitam um ambiente de melhor qualidade não só para a escola, mas, também para toda a comunidade.

Nesse sentido, é através da avaliação que a escola poderá mensurar seus resultados e a partir destes, programar intervenções que possibilitem a melhoria da qualidade de todo processo educacional. Para Santan'Anna (2014), a avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontra os elementos envolvidos no contexto.

Por ser a escola um ambiente coletivo, é imprescindível que a avaliação desta, seja feita levando em consideração a opinião dos agentes envolvidos com a instituição. Assim, a avaliação institucional interna se dá através de entrevistas estruturadas, em forma de questionário, que serão respondidos por membros de todos os segmentos da comunidade escolar e alguns membros da comunidade local, em seguida serão analisados, para que assim o trabalho na instituição seja continuamente aprimorado.

O CEPAOF é submetido a uma avaliação externa, que tem como instrumento exames que são aplicados a cada dois anos através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) a nível nacional e seus resultados são utilizados para compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), usado para desenvolver e implementar políticas públicas na área educacional.

O IDEB é um indicador de vital importância para o monitoramento da qualidade da educação básica no Brasil. Criado em 2007, ele sintetiza, em um único valor, os resultados de duas dimensões cruciais: a proficiência dos estudantes em avaliações de larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e as taxas de fluxo escolar, que incluem aprovação, reprovação e abandono.

Entre 2015 e 2023, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, em Anguera (BA), apresentou seu desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) conforme os dados oficiais disponibilizados pelo MEC. O

indicador, divulgado bianualmente, é fundamental para avaliar a qualidade da educação básica no município. No referido período, espera-se observar as tendências de evolução (e regressão) do IDEB da instituição, refletindo os avanços pedagógicos e administrativos implementados ao longo dos anos.

ANO: 2015

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	3,1	242,37	2	4,64	235,83	2	4,64	4,64

Fonte: Qedu

ANO: 2017

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	2,9	230,78	2	4,19	220,47	1	4,19	4,19

Fonte: Adaptado Qedu (2025)

ANO: 2019

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	2,6	206,5	1	3,78	220,05	1	3,78	3,78

Fonte: Adaptado Qedu (2025)

ANO: 2021

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	4,7	240,86	2	4,77	245,47	2	4,77	4,77

Fonte: Adaptado Qedu (2025)

ANO: 2023

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	4,6	248,43	2	4,84	241,24	2	4,84	4,84

Fonte: Adaptado Qedu (2025)

Mediante a tais resultados as recomendações propostas visam integrar estratégias focadas na melhoria da proficiência, na garantia de uma progressão escolar com aprendizagem efetiva e no aproveitamento das sinergias com o sucesso

educacional municipal, consolidando o compromisso da escola com a qualidade da educação.

Tais informações e as reflexões aqui contidas neste Projeto Político Pedagógico (PPP), servirá como uma base empírica para o planejamento estratégico e a busca contínua pela excelência educacional. A integração de uma análise detalhada do IDEB no PPP assegura que o planejamento estratégico da escola seja fundamentado em dados concretos.

Isso permite a identificação de pontos fortes e áreas que demandam maior atenção, possibilitando a alocação direcionada de recursos e a implementação de intervenções pedagógicas mais eficazes. Ao basear as ações do PPP em evidências de desempenho, o CEPAOF pode aprimorar sua capacidade de alcançar seus objetivos educacionais e promover um desenvolvimento contínuo da qualidade do ensino.

Embora os estudantes estejam progredindo no sistema escolar, uma parcela considerável pode não estar adquirindo o aprendizado adequado. Tal situação pode gerar um acúmulo de defasagens de aprendizagem, impactando o desempenho futuro dos alunos, especialmente na transição para o Ensino Médio.

Adicionalmente, os fatores socioeconômicos, como a baixa escolaridade materna, o engajamento parental moderado e os limitados hábitos de leitura extracurricular dos alunos, são elementos que podem influenciar diretamente a prontidão para a aprendizagem e o suporte acadêmico fora do ambiente escolar. Esses aspectos indicam que o CEPAOF atende a uma população estudantil que pode enfrentar desafios socioeconômicos adicionais, o que exige da escola a implementação de estratégias pedagógicas e de apoio que considerem essas particularidades, como programas de incentivo à leitura e iniciativas para fortalecer a parceria com as famílias.

Com isso, a escola intensificou a busca de estratégias para oferecer a esses alunos a recomposição da aprendizagem necessária para que os mesmos não venham a sofrer com a ida para o Ensino Médio com esse déficit. Desde metodologias

ativas de ensino, planejamentos alinhados, reforços individuais e tantas outras ações fazem parte do repertório de busca.

O alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é essencial para garantir que o ensino esteja direcionado às competências avaliadas pelo Saeb. É importante que os professores forneçam feedback formativo e construtivo aos alunos, orientando-os sobre suas áreas de melhoria. O feedback eficaz é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da aprendizagem autorregulada.

Para além da sala de aula, existem equipes multidisciplinares que ajudam no processo como: apoio Psicopedagógico, Psicológico, Assistente Social e Professora do AEE, para os alunos e as famílias fortalecendo o serviço oferecido na escola para lidar com questões que afetam a aprendizagem e a permanência dos alunos. Isso garantirá que a alta taxa de aprovação reflita o aprendizado efetivo, abordando as necessidades holísticas dos estudantes, especialmente dado o contexto socioeconômico.



Fonte : Acervo CEP AOF

A escola também abre portas para outros eventos que não são diretamente relacionados à avaliação, porém se tornaram parâmetros para estímulos que objetivam aferir conhecimentos dos alunos, como são o caso da: Olimpíada Brasileira da Matemática das Escolas Públicas; e os projetos estruturantes da Secretaria

Municipal de Educação, destacando-se: o Concurso Escrita Criativa, Prova do SIGA que serve como diagnóstico para Língua Portuguesa e Matemática e o SABE que analisa o desempenho da alfabetização.

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, teve seus resultados referentes ao **SABE – Sistema de Avaliação Baiano da Educação de 2024** amplamente divulgados, destacando-se especialmente no desempenho da alfabetização.

O resultado alcançado no SABE 2024 reflete um avanço significativo tanto para o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho quanto para o município de Anguera, uma vez que evidencia o impacto positivo das estratégias pedagógicas implementadas nos últimos anos. O desempenho acima da média estadual indica que as práticas de acompanhamento da aprendizagem, a formação continuada dos professores, o fortalecimento da gestão escolar e os projetos de incentivo à leitura e escrita têm produzido efeitos concretos.

SABE 2024

LÍNGUA PORTUGUESA							
Previstos	Avaliados	Avaliados %	Proficiência	Abaixo do básico	Básico %	Adequado %	Avançado %
67	64	95.52	230.11	21.70	49.68	21.89	6.73

Fonte: Elaboração adaptada a partir de dados do SABE – (SEC-BA)

MATEMÁTICA							
Previstos	Avaliados	Avaliados %	Proficiência	Abaixo do básico	Básico %	Adequado %	Avançado %
67	64	95.52	239.53	33.52	56.06	10.42	0.00

Fonte: Elaboração adaptada a partir de dados do SABE – (SEC-BA)

SEXO			
LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA	
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
246.79	198.56	241.95	216.64

Fonte: Elaboração adaptada a partir de dados do SABE – (SEC-BA)

COR/RAÇA									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
0.00	240.33	154.61	233.32	231.89	0.00	266.65	221.88	243.20	221.54

Fonte: Elaboração adaptada a partir de dados do SABE – (SEC-BA)

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E DE CULTURA.

A escola se baseia na concepção de homem como ser livre, empenhado na construção do seu conhecimento, atuante e consciente de sua ação na sociedade, sendo um sujeito autônomo e agente de transformações.

Desta maneira, a escola contribui para a formação social, política e humana dos alunos pertencentes à unidade escolar; proporcionando situações de ensino-aprendizagem capazes de construir e fortalecer os saberes em sala de aula e no meio social e assim, ser possível perceber nesse mundo novo, adolescentes, jovens e adultos comprometidos com a educação, com o desenvolvimento social através do exercício da sua cidadania, visando à multiplicidade de saberes situado historicamente em espaços e tempos.

A visão de ser um Centro Educacional de referência, inovador em suas propostas e práticas pedagógicas e na formação de cidadãos críticos e atuantes, busca-se discutir com os estudantes a realidade concreta associando ao componente curricular cujos objetos do conhecimento desenvolvem habilidades que permeiam o meio social dos mesmos.

A prática pedagógica orientada na unidade escolar é a contextualização, pois se compreende que não se faz educação sem refazer caminhos. Não há espaço para trabalhar educação sem considerar o cotidiano do discente, e não é possível entender processo educativo sem que haja a compreensão de inúmeros fatores que direta ou indiretamente perpassam no entorno da escola e comunidade.

Nessa seara, a proposta que a escola tem abraçado parte do ponto de que os discentes, enquanto cidadãos do mundo têm direito a uma mediação pensada para contribuir para uma mudança de postura e consequentemente, uma mudança de vida, no sentido mais positivo.

Dessa forma, vale ressaltar que toda mudança exige ações e que essas ações quando pensadas e trabalhadas de maneira correta corrobora verdadeiramente para o bem-estar físico, mental e social do educando.

A equipe educacional prima pelo diálogo entre docente e discente, assim como com toda a equipe disciplinar envolvida no processo ensino-aprendizagem, seja para discutir questões em sala de aula, como também discutir questões comportamentais. Portanto, um diálogo no qual todos os envolvidos constroem uma relação pautada na confiança.

A instituição escolar trabalha os objetos do conhecimento na perspectiva de pensar seu aluno como alguém que precisa ser orientado, valorizado, respeitado, ouvido, mas também percebido como um ser que precisa obedecer a limites, respeitar o outro, colaborar para o bem-estar da sua escola e principalmente saber qual é o seu papel enquanto cidadão neste espaço.

Para Libâneo (2001), a difusão de conteúdo é a tarefa primordial, mas não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. Logo, as experiências dos alunos devem ser confrontadas com o saber e a prática dos objetos do conhecimento, isto porque, a prática pedagógica não deve ser estática, ou seja, ela deve estar associada a questionamentos da realidade;

Logo estará promovendo transformações na comunidade e na sociedade, tornando a mediação direta do professor no processo de formação de alunos contínua e ininterrupta, pois deve gerar a emancipação do educando de modo que a experiência gerada pela vivência do aluno, com o objeto do conhecimento ensinado,

o possibilite transitar de uma visão de mundo confusa e fragmentada para uma organizada e uniforme.

A proposta é guiar os alunos a se tornarem capazes de romper com conceitos prontos e acabados, regras que não permitam a indagação, e assim, será possível romper as ideologias dominantes. Logo, espera-se que no final desse processo o aluno tenha se tornado capaz de produzir seu próprio método de raciocínio, de processar e contextualizar as informações que lhes são apresentadas e ter uma formação ética.

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO.

A escola em sua concepção de Educação integralizada reconhece que o desenvolvimento pleno de um indivíduo só é possível quando se notam suas diferentes dimensões formativas. Desta maneira, a escola considera que as dimensões físicas, sociais, culturais, intelectuais e emocionais sejam trabalhadas, discutidas tornando-se reconhecidas e estimuladas com todos da comunidade escolar, articulando-se essas dimensões do desenvolvimento integral, assegurando a todos envolvidos o autoconhecimento.

Orientando-se pelos referenciais curriculares (BNCC / DCRB /DCRM/) que reconhecem “que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica” (BRASIL, 2017), ou seja, nas áreas do conhecimento é proposta a inserção das competências e habilidades defendidas, presente no Plano de Curso e Planejamento Referencial.

O CEPAOF reconhece como fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes as iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, entre as quais se destacam a **Feira do Conhecimento**, os **Jogos Escolares** e o **Concurso Escrita Criativa**. A Feira do Conhecimento, realizada anualmente desde 2014, constitui um momento de exposição pública das experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano nas unidades escolares, promovendo a interação entre estudantes, professores, famílias e a comunidade. Nesse evento, os alunos apresentam projetos, produções científicas, artísticas e

culturais, fortalecendo o protagonismo estudantil, o pensamento investigativo e a capacidade de comunicar ideias de forma clara e criativa. A Feira também integra saberes curriculares com contextos sociais e culturais da cidade, contribuindo para a formação cidadã ao envolver a comunidade local na vivência escolar e ampliar oportunidades de aprendizagem colaborativa.



Fonte : Acervo CEPACOF

Os Jogos Escolares, implantados em 2016, são outra ação estratégica da rede municipal que valoriza a educação física e os esportes como instrumentos de socialização, respeito às diferenças, disciplina e trabalho em equipe.

Ao promover competições esportivas abertas aos estudantes em diferentes modalidades, os Jogos estimulam a adoção de hábitos saudáveis, a superação de desafios pessoais e coletivos, e o fortalecimento de vínculos entre escolas e entre estudantes de diversas áreas do município. Essa prática possibilita também desenvolver habilidades socioemocionais, como resiliência, cooperação, fair play e autonomia, que são essenciais para o sucesso escolar e para a vida em sociedade.



O Concurso Escrita Criativa, que substituiu o tradicional concurso de redação, integra o conjunto de projetos educativos voltados para a promoção da leitura, da escrita e do letramento em todas as etapas do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

Por meio da proposta de produção textual em diferentes gêneros, os estudantes são incentivados a ampliar seu repertório linguístico, a desenvolver pensamento crítico, sensibilidade e compreensão mais profunda de temas relevantes para sua vida e para o coletivo. A participação no Concurso estimula a expressão pessoal e criativa dos alunos, consolidando práticas de leitura e escrita que são essenciais para o desempenho acadêmico e para a construção de uma cidadania plena.

Essas três iniciativas – Feira do Conhecimento, Jogos Escolares e Concurso Escrita Criativa – representam estratégias pedagógicas amplas que fortalecem o currículo escolar, potencializam aprendizagens significativas e contribuem para a formação integral dos estudantes. Ao articular os objetos do conhecimento com práticas culturais, esportivas e de comunicação, tais projetos ampliam as oportunidades de participação ativa dos alunos, promovem a inclusão e valorizam as

múltiplas capacidades dos aprendizes, em consonância com os princípios do Projeto Político Pedagógico.

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

O Centro Educacional Prof. Áureo de Oliveira Filho compreende que Ciência, Tecnologia e Trabalho são dimensões indissociáveis na formação integral do educando e constituem elementos centrais para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à vida em sociedade e ao exercício pleno da cidadania.

A escola entende **Ciência** como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos historicamente pela humanidade, fruto da investigação e da crítica. A apropriação desses conhecimentos possibilita ao estudante compreender fenômenos, interpretar a realidade e desenvolver uma postura investigativa e reflexiva frente aos desafios do mundo contemporâneo. Conforme afirma Chassot (2003, p. 92), “a ciência é um instrumento de leitura do mundo, que permite ao sujeito compreender e intervir na realidade de forma crítica e fundamentada”.

Tecnologia, por sua vez, é concebida como a aplicação prática do conhecimento científico em processos, produtos e serviços, visando à solução de problemas e à melhoria da qualidade de vida. Para Kenski (2007, p. 23), “a tecnologia não é neutra; ela expressa valores, intenções e relações sociais, sendo, portanto, fruto de escolhas e contextos históricos”. Assim, a escola assume a responsabilidade de trabalhar a tecnologia de forma crítica, consciente e ética, estimulando o uso criativo e responsável dos recursos tecnológicos em favor do bem comum.

O **Trabalho** é entendido como prática social e atividade humana transformadora, que envolve a produção de bens, serviços e conhecimentos, sendo elemento essencial na formação da identidade e na inserção do indivíduo na sociedade. Marx (1989, p. 56) define o trabalho como “condição fundamental da vida humana, independente de qualquer forma específica de sociedade”. No ambiente escolar, o trabalho é abordado não apenas como atividade produtiva, mas como princípio educativo, integrando saberes e práticas que desenvolvam autonomia, responsabilidade e capacidade de atuação no mundo do trabalho e na vida comunitária.

A articulação entre Ciência, Tecnologia e Trabalho no Centro Educacional Prof. Áureo de Oliveira Filho se dá pela prática pedagógica interdisciplinar, pelo incentivo a projetos investigativos e pelo uso das tecnologias digitais de forma integrada ao currículo, sempre com base em valores éticos e de responsabilidade social. Essa concepção busca garantir que o aluno não apenas consuma informações e ferramentas tecnológicas, mas que compreenda seus fundamentos, impactos e potencialidades, tornando-se capaz de utilizá-los para intervir positivamente na realidade.

Ao promover essa integração, a escola reafirma seu compromisso com a formação de cidadãos críticos, criativos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea, entendendo que o domínio do conhecimento científico e tecnológico, articulado ao trabalho como princípio educativo, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo escolar constitui o elemento nuclear do PPP e possui um papel importante no ambiente formal, pois é uma ferramenta indispensável e fundamental ao conhecimento e a transformação social, cultural, educacional no ensino de crianças, jovens e adultos. O Currículo deve ter uma base e uma estrutura coletiva, inclusiva que deve permitir ao aluno o acesso ao conjunto de conhecimentos historicamente produzidos, tanto para a vida escolar do educando, quanto para a vida social do mesmo.

“É significativo que nas escolas e salas de aulas onde chegam os(as) filhos(as) dos coletivos sociais, étnicos, raciais, das periferias e dos campos tenham lugar especial as inovações criativas dos docentes-educadores traduzidas em práticas e projetos.” (ARROYO, 2013, p.39.)

Desse modo, o currículo deve ser visto pelos educadores de forma diferenciada, como um compromisso ético no ensino aprendizagem, na busca de investigar e refletir sobre questões de natureza teórica e prática que norteiam a prática pedagógica voltada a atender as demandas da atualidade, e principalmente a diversidade cultural presente nas instituições de ensino.

Alinhado ao Documento Curricular Referencial da Bahia que:

“Prima, por assumir que uma política de currículo para a Educação Básica tem, acima de tudo, o compromisso com a qualificação da formação para uma

cidadania plena, em que saberes dos diversos campos deverão confluir para o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando 10 competências 15 gerais, configuradas na Base Nacional Comum Curricular (2017), a serem articuladas e desenvolvidas em torno dos saberes como: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.” (DCRB, pg. 25)

São essas competências e saberes construídos pelos alunos ao longo do seu processo de aprendizagem que servirão para resolver problemas concretos da vida e conseqüentemente, construindo uma vida profissional que promova condições de transformação social.

“O currículo na ação é a última expressão de seu valor, pois, enfim, é na prática que todo projeto, toda ideia, toda intenção, se faz realidade de uma forma ou outra; se manifesta, adquire significação e valor, independentemente de declarações e propósitos de partida”. (SACRISTÁN, 2000, p. 201).

O Centro Educacional Prof. Áureo de Oliveira Filho adota como referência a corrente pedagógica histórico-crítica e a tendência pedagógica progressista, compreendendo que a educação deve ir além da mera transmissão de informações, assumindo um papel ativo na formação crítica, social e cultural dos estudantes.

A pedagogia histórico-crítica parte do princípio de que a educação é uma prática social que tem como objetivo mediar à apropriação, pelo aluno, dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Nessa perspectiva, o ensino deve garantir que o estudante tenha acesso aos objetos do conhecimento sistematizados, compreendendo-os de forma crítica, para que possa transformar sua realidade.

A pedagogia histórico-crítica defende que o conhecimento escolar não deve se restringir ao senso comum, mas avançar para o conhecimento científico, filosófico e artístico, permitindo que o educando compreenda os fenômenos sociais, culturais e naturais de forma fundamentada.

Para ornar com a corrente defendida pela escola, segue-se a tendência progressista a qual entende a educação como um instrumento de transformação social. Fundamenta-se na visão de que o aluno é sujeito ativo do processo educativo e que a escola deve promover o desenvolvimento de competências intelectuais,

sociais e éticas, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesse sentido, o professor atua como mediador, articulando o objeto do conhecimento à realidade do estudante, estimulando o pensamento crítico, a autonomia e a participação ativa nos processos de aprendizagem.

Sob essa ótica, o processo de ensino-aprendizagem é planejado em etapas que favorecem a passagem da prática social inicial (o saber prévio do aluno) para o conhecimento sistematizado (saberes científicos, culturais e históricos), retornando à prática social transformada, agora enriquecida pela compreensão crítica e fundamentada.

Os objetos do conhecimento deixam de ser meros tópicos para memorização e passam a ser instrumentos de leitura e intervenção no mundo. A aprendizagem ocorre quando o estudante compreende o sentido e a função do que aprende, relacionando-o com sua vida, seu contexto social e as demandas contemporâneas.

Ao adotar a **corrente histórico-crítica** e a **tendência progressista** como orientadoras, o Centro Educacional Prof. Áureo de Oliveira Filho reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade, emancipadora e socialmente relevante, que assegure o direito de todos ao conhecimento e contribua para a formação de cidadãos críticos, participativos e capazes de intervir positivamente na sociedade.

2.4. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática escolar tem bases constitucionais e é amparada na lei 9.394/1996: Lei de Diretrizes Básicas (LDB) da educação brasileira. A Constituição Federal de 1988 apresenta uma educação democrática em sua base, que pressuponha transparência e impessoalidade, autonomia e participação.

A LDB, por sua vez, complementou a necessidade de se vislumbrar nas escolas a gestão democrática, preocupando-se com a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico e instituindo a participação das comunidades escolares e conselhos.

Há de se considerar, também, que a democracia ampara os direitos e os deveres dos segmentos, sendo que esses dois componentes não podem ser discutidos desassociados, inclusive, a legislação dentro do sistema de ensino rege as normas a serem observadas, enaltecendo o exercício democrático.

Etimologicamente o termo gestão traz em sua raiz “*ger*”, o significado de germinar, nascer algo novo, gestar é um processo dialógico, profundo e que visa reunião de pessoas para mediar, analisar e propor soluções de conflitos. Isso se materializa, quando a escola pressupõe diferentes visões com participações diretas de funcionários, docentes, discente, pais e segmentos representativos.

As representações desses segmentos constituem, no CEPAOF, o Conselho Escolar, que deve ser um órgão atuante e que sempre realiza reuniões. A Direção da escola tem participação natural no órgão, sendo responsável em articular o seu devido funcionamento.

A gestão democrática ou gestão participativa no CEPAOF deve atender o que designa a Constituição Federal, a LDB – lei de Diretrizes e Bases da educação, a BNCC que se trata da Base Nacional das Competências através do parecer CNE/CP N° 4/2021 e a legislação do Sistema Municipal de Ensino envolvendo toda comunidade escolar com um fim único pela promoção de uma educação para todos, feitas por todos.

Com a revisão deste Projeto Político Pedagógico, a escola propõe as seguintes metas que foram revistas e pontuadas para os anos de 2025/26, buscando consolidar a Gestão Escolar Democrática:

Meta 1: Manter todos os procedimentos existentes no Projeto Político Pedagógico da escola e fortalecer a construção e execução coletiva dos encaminhamentos e procedimentos da escola, respeitando o conjunto da legislação educacional e as normas em vigor.

Meta 2: No Período da Jornada Pedagógica, assim como também no Conselho de Classe, continuar promovendo a presença de representação da comunidade escolar, além de toda gestão escolar e funcionários, a fim de ouvi-los, participar do planejamento e da avaliação da escola.

Meta 3: Promover palestras pertinentes a demandas da comunidade escolar e famílias com o intuito de reaproximar os pais e responsáveis da escola.

Dimensões pedagógicas:

Para 2025 e até que se haja nova revisão deste documento, o Centro Educacional Professor Áureo Filho, pretende continuar e consolidar os procedimentos adotados desde sua inauguração e investir em novas ações que busquem qualificar elementos que compõem o processo de ensino-aprendizagem. Destacamos nesse aspecto a consolidação da política de incentivo à leitura e escrita nas séries finais através de projetos e práticas a serem pensados no planejamento anual, ademais, algumas metas devem ser asseguradas:

Meta 1: Sugerir propostas para o calendário escolar, e definir o calendário pedagógico da escola. Ao terminar um ano letivo, realizar uma avaliação do calendário e suas atividades, de forma a permitir que os profissionais que o executaram possam analisar e reorganizar as atividades para o ano letivo subsequente.

Meta 2: Oportunizar um momento interdisciplinar em que todos os professores das turmas possam apresentar seu planejamento e seu trabalho.

Meta 3: Continuar proporcionando atividades extraclasse para os alunos, valorizando a construção de aprendizagens para além dos limites da escola;

Meta 4: As reuniões pedagógicas / Atividades Complementares (AC's) deverão continuar acontecendo por área, devendo o docente priorizar sua área;

Meta 5: As atividades complementares devem abranger o planejamento de aula, projetos pedagógicos e formação em atividade conforme práticas docentes;

Meta 6: Realizar o planejamento de aula, com foco nos objetos de conhecimento, competências e habilidades, como instrumento que permite potencializar as aulas e definir as aprendizagens essenciais a serem exploradas com os alunos, com acompanhamento da coordenação pedagógica e acesso aos pais;

Meta 7: Potencializar cada vez mais os pré-conselhos de classe, os planos estratégicos por turma, os plantões pedagógicos com pais/responsáveis.

Dimensões Administrativas e Estruturais

Meta 1: O espaço escolar deverá ser destinado, primordialmente para promoção de atividades com fins educativos.

Meta 2: Aperfeiçoar os espaços da escola, proporcionando maior interação estudantil e fazer um planejamento para os locais não aproveitados da escola.

Meta 3: Aquisição de materiais incluindo mais um data show, e materiais de apoio pedagógico como um todo.

Meta 4: Realizar planejamento anual do uso dos recursos recebidos pela escola. Priorizar a utilização dos recursos como o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e similares para equipar os laboratórios, instalação de projetores nas salas de aula e aquisição de bebedouros.

Meta 5: Ações dentro da sala de leitura que é idealizado pelo pedagógico juntamente com a agente de biblioteca. Parcerias com os professores para desenvolver com as turmas o incentivo à leitura.

2.5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.5.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

De origem latina, pesquisar ou perquirir quer dizer "procurar cuidadosamente, em todo lugar e de modo aprofundado, perguntar sobre descobrir". Partindo desse ponto, a pesquisa na escola carrega esses significados, que entre tantos outros incorpora na concepção de ensino orientado nas práticas e ações do professor quando instiga o aluno a pesquisar ou descobrir algo. A pesquisa na sala de aula ou fora dela é uma parceira na construção do conhecimento. Quando o professor indica uma pesquisa "aberta", ele aciona a curiosidade dos alunos em relação ao assunto estudado.

Pesquisar na escola é se preocupar com o desenvolvimento da autonomia do educando, é fazer com que o aluno seja protagonista de sua história e não se esgota ou termina quando este encontra dados relevantes sobre um tema proposto.

Ao contrário, está aí o ponto inicial do processo: dado um tema e os materiais que dizem respeito ao objeto de pesquisa é papel do aluno transformar tudo isso em estudos mais aprofundados, sendo capazes de propiciar a si, diferentes contextos para que o professor possa promover debates de ideias, em que a criatividade seja aguçada, em que o espaço para perguntar e discutir seja garantido aos alunos.

Neste sentido, a pesquisa é uma atividade sistematizada e mediada entre sujeitos numa relação direta de construção de conhecimentos. É papel do trabalho de pesquisa garantir o desenvolvimento da autonomia e reflexões críticas que priorizem descobrir, questionar, analisar, comparar, criticar, avaliar, sintetizar, argumentar, criar.

Nessa direção, vale ressaltar o que afirma Demo (1992, p. 2) sobre pesquisa na escola: “A pesquisa na escola é uma maneira de educar e uma estratégia que facilita a educação [...] e a consideramos uma necessidade da cidadania moderna. Educar pela pesquisa é um enfoque propedêutico, ligado ao desafio de construir a capacidade de reconstruir, na educação básica e superior [...] A pesquisa persegue o conhecimento novo, privilegiando com seu método, o questionamento sistemático crítico e criativo.”

Assim, o ato de pesquisar requer um educador que, exercendo seu papel de mediador, abre novos caminhos para seus alunos em direção à investigação, questionando-os e permitindo que questionem, visando a ultrapassar o saber superficial pautado no acúmulo de informações.

A prática pedagógica da pesquisa no CEPALOF deve centrar-se na contextualização, pois se compreende que não se faz educação sem refazer caminhos, como já citamos anteriormente. Não há espaço para trabalhar educação sem considerar o cotidiano do discente, e não é possível entender processo educativo, sem que haja a compreensão de inúmeros fatores que direta ou indiretamente perpassam no entorno da escola e comunidade.

A proposta que a escola tem abraçado parte do ponto de que nossos discentes, enquanto cidadãos têm direito a uma mediação pensada para contribuir para uma mudança de postura e conseqüentemente, uma percepção mais abrangente da própria vida que o cerca.

2.5.2. O Respeito à Diversidade

Todos são diferentes. Temos, portanto, dessemelhanças que formam nossas individualidades. Mas, diante de tantas diferenças, como lidar com as dificuldades da convivência social nas escolas? Nossas diferenças constroem espaços e se

manifestam nas classes, nos gêneros, etnia, opção sexual, capacidades físicas e intelectuais, etc.

O respeito à diversidade é, então, pauta primaz para que se consolide a inclusão social. É através da diversidade que exercemos nossa cidadania, direito que deve ser consagrado de forma igualitária a todo ser humano. É a partir da compreensão das diferenças que construímos igualdades. A valorização da singularidade faz com que eliminemos o preconceito, a discriminação, segregação, pautas que ainda são desafiadoras no âmbito escolar.

A riqueza de todo conhecimento vem dessa pluralidade. Valorizar na sala de aula as diferenças humanas é ferramenta para implementação de soluções criativas, uma vez que as diferenças exigem adaptação da espécie, lei básica da natureza.

Reconhecimento da diversidade está no modo de produzir ações individuais em função das necessidades coletivas, com a ajuda mútua na oferta de qualidades e pensamentos diferentes em razão do bem comum. As particularidades dos indivíduos, quando somadas, constroem a dinâmica da sociedade com o espírito de igualdade dos diferentes. As nossas interações e os nossos relacionamentos exigem de cada um de nós, respeitar, honrar e compreender a diversidade.

A escola não deve estar alheia a este tema, uma vez que é um espaço onde a diversidade humana se estabelece. Desta forma, a instituição escolar deve observar o que não está sendo visto, na tentativa de anulação do ser, buscando orientar ações que são trazidas diariamente de sua identidade cultural, de suas vivências na sociedade e que refletem na escola.

Contextualizando o atual cenário do mundo, a escola e o corpo docente têm o dever de tentar promover uma reflexão com os alunos sobre os valores humanos, que andam esquecidos pela maioria da sociedade, especialmente pelos jovens. Esse tipo de reflexão pode ser feita por qualquer professor, seja qual for sua formação, adentrando temáticas essenciais a formação cidadã e por vezes, sensíveis, porém necessárias.

A Bahia traz para o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, como um dos Temas Integradores, a Educação em Direitos Humanos, compreendendo a sua importância já expressa em

normativas como o PEDH, o PEEDH e o Plano Estadual da Juventude, Lei nº 12.361/2011, que no art. 4º dispõe sobre a necessidade de:

“Inserir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, tais como educação pela comunicação, meio ambiente, cultura brasileira, direitos humanos e de identidades” (BAHIA, 2011).

Tratar dos Direitos Humanos nos currículos escolares perpassam pelas dimensões da promoção e valorização e pela prevenção e enfrentamento às violações dos Direitos Humanos. Assim, cabe à comunidade escolar expressar as estratégias e ações pedagógicas diversificadas adequadas à sua realidade e promover os Direitos Humanos por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos.

Um em cada três alunos em todo o mundo já foi vítima de bullying, segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Esse tipo de violência, ainda é muito comum nas escolas, e gera consequências devastadoras e arrasadoras no desempenho dos alunos, além de efeitos negativos tanto para a saúde física quanto a mental das crianças e adolescentes.

É importante e necessário que toda a comunidade escolar esteja movimentada em torno dessa problemática. Qualquer tática de prevenção à violência nas escolas pede uma sensibilização, uma mobilização e participação de toda a comunidade escolar, não só dos envolvidos. E não é tão eficaz que as intervenções sejam separadas das dinâmicas gerais da escola, ou seja, carece ser global.

O problema da violência, e isso incluem a violência juvenil e que acontece dentro ou fora da escola, não será solucionada só pela escola. É até injusto exigir ou esperar que a escola dê conta de um problema tão difícil sozinha. É óbvio que a escola ganha notoriedade porque os adolescentes e as crianças passam a maior parte dos seus dias nas escolas. Porém isso não significa e também não é satisfatório pensar, que somente a escola é responsável por precaver essas questões ou intervir em tais situações.

Quando é falado em prevenção da violência e o bullying é um tipo de violência, consegue-se reconhecer e é recomendado a construção de ações que sejam

intersetoriais. Há que ter a participação da escola, do setor da saúde, da assistência social, dos conselhos tutelares. Hoje em dia, essa rede territorial deverá estar bem estabelecida.

Enquanto escola mantém um apoio multidisciplinar, inclusive com uma Psicóloga, uma Psicopedagoga, Assistente Social e a Professora do AEE fixas, para desenvolverem ações no sentido de conviver com o igual e o diferente sem distinção. Ter uma reflexão mais empática e altruísta é relevante para o combate do bullying. O respeito é o alicerce para uma convivência harmônica com tudo e todos que nos cercam

Quando é pensado na função do ambiente educacional, logo vêm à ideia de um ambiente formativo, onde estamos educando quem serão os futuros cidadãos de nossa sociedade, tanto em uma perspectiva de promoção de cidadãos que respeitam os direitos do outro quanto naqueles que conhecem as regras da vida pacífica em uma sociedade. Por isso, é urgente o fortalecimento da perspectiva de uma educação comprometida com a promoção de direitos humanos.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

Partimos do princípio que avaliação não é um fim em si mesmo e sim a possibilidade de oferecer ao professor a oportunidade de observar continuamente se as atividades propostas estão possibilitando ao aluno o alcance desejado. No CEPAC, a avaliação é um processo contínuo e cumulativo que tem como principal finalidade auxiliar no processo ensino-aprendizagem identificando e estimulando os potenciais individuais e coletivos. Paulo Freire (1996) assevera: não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes. Assim, nesse contexto o processo avaliativo se torna mais amplo e complexo.

De acordo Sant-anna (2014), a avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático.

Sendo assim, ao final de cada etapa letiva são levantadas e discutidas o rendimento dos alunos. A partir dos Pré Conselhos de Classe são traçadas ações com o objetivo de contribuir para que ocorra uma aprendizagem significativa, proporcionando as devidas competências e habilidades e, por conseguinte, um melhor rendimento dos educandos.

A partir do ano letivo de 2023, a Rede Municipal de Ensino de Anguera passou a adotar novas diretrizes para a avaliação da aprendizagem escolar, formuladas por meio da Comissão Colaborativa, instituída pela **Portaria SEC Nº 19/2022**, publicada em 1º de dezembro de 2022. O objetivo central foi reconstruir o Documento Orientador da Avaliação do Rendimento Escolar, com base em processos avaliativos alinhados à BNCC, ao Documento Curricular Referencial da Bahia e ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), garantindo coerência entre avaliação, currículo e PPP.

Conforme o documento orientador citado, a avaliação escolar de Anguera para os anos finais do Fundamental II abrange quatro tipos essenciais:

- **Avaliação Diagnóstica** — realizada no início do ano letivo ou de cada unidade de ensino, com o propósito de “conhecer o aluno” e identificar seus conhecimentos prévios, lacunas ou necessidades de aprendizagem.
- **Avaliação Formativa** — ocorrendo ao longo do processo educativo (ao final de cada etapa letiva), visa corrigir rumos e orientar intervenções pedagógicas contínuas.
- **Avaliação Somativa** — aplicada ao final de ciclo, etapa ou curso, com função classificatória: selecionar, reter, promover ou reclassificar os alunos.
- **Avaliação Comparativa** - busca entender o aproveitamento de um aluno, comparando um período com outro, ou seja, o desempenho em dois ou mais instrumentos aplicados em diferentes momentos.

A abordagem integrada objetiva superar uma avaliação meramente classificatória, promovendo uma avaliação mais ampla, orgânica e educativa.

Segundo *Luckesi* (2002) e *Silva* (2010), a avaliação diagnóstica é fundamental para que o docente compreenda o ponto de partida da aprendizagem, permitindo a

personalização do ensino e a identificação das dificuldades iniciais. Ela auxilia no planejamento pedagógico e garante que o processo didático esteja ajustado ao perfil da turma.

A avaliação formativa, conforme *Luckesi e Silva*, é um instrumento de retroalimentação contínua do processo de ensino-aprendizagem, que valoriza a aprendizagem em construção e permite a ressignificação da prática docente

Além disso, em estudos sobre modelos alternativos de avaliação, constatou-se que práticas formativas realizadas em coletivo possibilitam intervenções mais efetivas e promovem reflexão crítica sobre a ação pedagógica (Gomes, 2003; Aguiar, 2011).

A avaliação somativa cumpre o papel de verificação final do rendimento escolar dentro de um ciclo ou etapa. Contudo, *Aguiar (2011)* alerta que um modelo que prioriza apenas esta dimensão pode entrar em contradição com uma avaliação contínua e emancipatória, como pretendem os ciclos formativos. É necessário, portanto, equilibrar as instâncias avaliativas (formativa e somativa) para não reduzir a avaliação a mera mensuração final.

Incentivar o trabalho coletivo (professores, orientadores e supervisores) no planejamento das avaliações, para garantir análise colaborativa e continuidade pedagógica, como sugere *Kaneko (2008)*.

As avaliações devem estar diretamente vinculadas aos objetivos de aprendizagem do DCRM, Plano de curso, Planejamento Referencial e aos eixos temáticos formativos do município; dessa forma, fortalecendo a coerência institucional (PPP), curricular (DCRM) e avaliativa.

É importante que a escola passe a enxergar a Avaliação como uma oportunidade para o crescimento do seu aluno e avaliar a partir daí a aprendizagem. Avaliar é uma maneira de conduzir a aprendizagem, os educadores devem se preparar para ver além da nota, avaliar o desenvolvimento do aluno, que eles absorvam os objetos do conhecimento, isso claro, respeitando os ritmos de cada um.

É necessário no contexto educacional levantar algumas reflexões acerca deste assunto, por exemplo, as notas do boletim são suficientes para avaliar? Todo esse

processo pode ser resumido em notas? Se for papel da escola ensinar, deverá caber a ela, um diagnóstico de cada aluno entendendo e conduzindo de maneira adequada e individual esse aprendizado.

No tocante a avaliação, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), considera que a avaliação é parte relevante do processo da Proposta Curricular e do Projeto Político Pedagógico da escola. Esses documentos são construídos a partir de um entendimento coletivo de avaliar para garantir o direito na aprendizagem e não para meramente classificar os estudantes.

É necessário que a escola e seu corpo docente perceba que a avaliação precisa estar em consonância com as diversidades, diferenças, subjetividades e individualidades dos sujeitos da aprendizagem.

Assim, o CEPDOF, tem a proposta de desenvolver a capacidade de aprendizagem como instrumento principal para o ensino posterior que é o ensino médio, dando ao aluno a maturidade de sujeito crítico capaz de transformar a sua própria realidade.

3.2. RECOMPOSIÇÕES DA APRENDIZAGEM

A recomposição das aprendizagens é uma ação pedagógica orientada pelas Diretrizes para a Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar, documento aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (CME) e publicado oficialmente pela Secretaria Municipal de Educação, que estabelece as normas e estratégias para avaliação contínua dos estudantes e a garantia da consolidação dos saberes essenciais ao longo do processo educativo.

Essas diretrizes incluem a recomposição da aprendizagem como parte integrante do sistema de avaliação, reconhecendo a necessidade de intervenções pedagógicas planejadas para apoiar os alunos na superação das lacunas de aprendizagem identificadas ao longo do ano letivo.

A importância dessa prática para a educação está na sua função de garantir que todos os estudantes tenham oportunidade efetiva de consolidar competências e habilidades essenciais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

reduzindo desigualdades educacionais, fortalecendo a trajetória escolar e promovendo avanços no desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos.

A recomposição das aprendizagens, ao ser organizada de forma contínua e articulada às avaliações diagnósticas e formativas, representa uma resposta pedagógica estratégica às demandas atuais do ensino, especialmente em contextos que exigem atenção à diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes.

O Projeto Alfabetiza foi oficialmente lançado em 2025 pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera com o foco principal na leitura, escrita e letramento dos alunos do Ensino Fundamental. Trata-se de uma força-tarefa implementada em todas as escolas da rede municipal, com o objetivo de intensificar as estratégias pedagógicas voltadas à consolidação da alfabetização.

Dentro do Projeto Alfabetiza, diversas ações relevantes foram implementadas para apoiar a alfabetização efetiva. Destacam-se:

(1) a recomposição da aprendizagem, que prevê momentos de retomada paralela ao calendário letivo para reforçar habilidades não consolidadas;

(2) a utilização do Sistema Integrado de Gestão da Aprendizagem (SIGA), com avaliações diagnósticas em Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas em etapas usando os resultados para orientar o planejamento pedagógico individualizado;

(3) e o Projeto de Intervenção Pedagógica em algumas escolas, com professores alfabetizadores específicos dedicados a acompanhar de perto alunos com dificuldades na leitura, escrita, letramento e alfabetização matemática, em estreita articulação com as famílias.

Ao final de cada etapa letiva é feito um pré-conselho que tem como objetivo discutir sobre os trabalhos desenvolvidos durante aquela etapa, e sobre os desenvolvimentos das habilidades e competências dos estudantes, também é feito uma ficha de plano estratégico de cada turma pós, pré- conselho de classe onde são relatados os (Problemas Detectados, Ações Estratégica, Responsável pela Aplicação e Sujeitos da Ação), essas ações são feitas pela coordenação com base em tudo que

os professores informam na reunião, também deve ser relatados quais ações serão tomadas para melhor envolver os alunos e alcançarem as habilidades que ficou em defasagem na etapa anterior.

O CEPAOF como já afirmamos, dispõe de uma psicóloga que atende alunos que apresentam problemas como crise de ansiedade, tristeza constante, falta de interesse pelos estudos entre outros fatores que repercutem na baixa de rendimento escolar, sendo assim, nossa profissional de saúde, aproveita o momento desse encontro de área para conversar com nossos professores dando a eles uma devolutiva desses educandos que se estão sendo acompanhados pela mesma.

Outros momentos do ano letivo, ditos indispensáveis ao planejamento, avaliação e autoavaliação da escola, requer programação prevista no calendário letivo escolar, sendo a jornada pedagógica que antecede as aulas, o encontro anual transdisciplinar oportunizado aos professores para apresentação e socialização das suas práticas pedagógicas e o conselho de classe final.

3.3. AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares (AC's) assumem papel importante nas ações pedagógicas do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho. São desenvolvidas dentro da carga horária semanal reservada aos professores para a realização de atividades extraclasse relacionados com a docência.

Esses encontros também são utilizados para interação com a comunidade escolar, planejando ações pedagógicas que ampliem o horizonte de conhecimento dos estudantes, discutindo e avaliando as práticas implementadas na escola, além de discussões em torno das dificuldades vivenciadas no espaço escolar e também elaborar intervenções e planejamentos eficazes para o trabalho com os educandos.

A organização semanal das AC's ocorre dentro de um cronograma estabelecido por áreas do conhecimento. Seguindo a prática já consolidada, reserva-se as quartas-feiras para as áreas de Matemática e de Ciências da Natureza, as quintas-feiras para a área de Linguagens e as sextas-feiras para as áreas de Ciências Humanas e Ensino Religioso. O escalonamento dos dias se torna a maneira viável e prática para que os professores da escola tenham facilidade de tempo para participação nas atividades complementares, em razão da obediência aos dias e turnos de lotação.

De forma esporádica, desde que não seja habitual, a gestão pedagógica contabiliza das ACs cumprida fora do ambiente escolar, quando há necessidade de elaboração das atividades avaliativas. Existem momentos em que o cumprimento da AC ocorre em nível de formação continuada em atividade, promovida no âmbito da rede municipal, sendo a convocação feita pela Secretaria de Educação obedecendo aos respectivos dias, referentes às áreas do conhecimento.

Os encontros presenciais das atividades complementares são organizados pela coordenação pedagógica e equipe gestora, que mediam as orientações pedagógicas acerca do planejamento escolar, bem como as estratégias de planejamento, prezando por atividades interdisciplinares e multidisciplinares, estratégias para combater a evasão escolar. Garantir a participação dos estudantes em projetos que devem ser desenvolvidos por todos os educadores e trabalhando durante o ano letivo contemplando cada componente curricular.

Nos encontros por área busca-se discutir quais práticas pedagógicas foram efetivas no processo de ensino e aprendizagem, também são elaboradas estratégias que garantam o máximo de aproveitamento dos recursos existentes na escola, além de criar e discutir estratégias para que todos os estudantes garantam um bom rendimento nos componentes curriculares. Prioriza-se, dentre das atividades, um olhar voltado ao desenvolvimento de um projeto de leitura contínuo por todo ano letivo, como estratégia de contribuir com a leitura, escrita e letramento dos alunos.

O Planejamento pedagógico é uma ação de fundamental importância para o desenvolvimento da escola, pois reúnem metas, objetivos das atividades, propostas educacionais, recursos financeiros e administrativos entre outros. No entanto, para esse planejamento sair do papel e faça valer dentro do universo prático da escola, de fato, ele precisa ser participativo, ou seja, um planejamento de forma ampla, composto pela comunidade escolar no qual busque mais horizontalidade na tomada de decisão sobre o ano escolar.

Assim, faz-se necessário conhecer não só a realidade da escola, mas também o seu entorno. Nessa direção, a escola oferece aos seus educandos situações de vivências e experiências significativas do seu próprio cotidiano relacionando os seus saberes a outros conhecimentos.

Desse modo, a escola se organiza em torno do seu planejamento, criando estratégias para o ensino-aprendizagem. Quando se percebe que alunos apresentam dificuldades de aprendizagem, o CEPAOF promove aulas de reforço no integral, assim, conseguimos recuperá-los no mesmo ano letivo. Outra ação importante que a escola desenvolve é a orientação que é dada aos professores no sentido de garantir aos estudantes ao final de cada etapa letiva, as competências e habilidades das suas respectivas séries, sendo às vezes necessário recompor aprendizagens anteriores.

Além da sala de aula, o planejamento pedagógico abrange outros espaços da escola: o pátio para ensaios, apresentações, a biblioteca para a própria leitura, pesquisas, seminários, apresentação de filmes e documentários, o laboratório de informática como também o deslocamento de nossos estudantes para outros locais de aprendizado.

Considerando que o planejamento pedagógico não é um documento acabado, inflexível, até porque educação é um processo dinâmico, inovador, por isso mesmo realizamos discussões periódicas com o objetivo de discutirmos melhorias para nossa escola.

A prática pedagógica em sala de aula precisa encontrar respaldo através do Plano de Aula, instrumento que faz parte da ação docente, devendo ser construído pelos professores nos horários de reserva da carga horária destinada às atividades complementares (AC's), sob orientação da coordenação pedagógica da escola.

O Plano de Aula garante o planejamento da ação docente em consonância com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), DCRB (Documento Curricular Referencial da Bahia), DCRM (Documento Curricular Referencial Municipal), Plano de Curso e Planejamento Referencial.

Para além do acompanhamento da coordenação pedagógica, o Plano de Aula se traduz no instrumento pelo qual, democraticamente, fortalecendo os laços de acompanhamento dos seus filhos, a família utiliza como parâmetro para conhecimento das aprendizagens que a escola oferece.

Com isso, é imprescindível que os professores do CEPAOF estejam com seus planos de aula rigorosamente em dia e em consonância com todos os princípios que regem o currículo da unidade de ensino. Que o mesmo seja compartilhado com o

coordenador pedagógico no momento das Atividades Complementares, e siga seu curso natural nos períodos estabelecidos.

3.4 TEMAS INTEGRADORES

Os temas integradores fazem parte do universo da aprendizagem, de extrema importância nas mais diferentes etapas da educação, a escola por sua vez é o veículo articulador dessas ações. A BNCC discorre que:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas e abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2018, p. 19).

Educação em Direitos Humanos: O CEPAOF compreende que para uma prática em direitos humanos não se faz necessário que se introduza um componente curricular específico e sim inseri-lo em toda prática desenvolvida na escola.

Educação em Direitos Humanos é um tema de grande abrangência, pois discorre sobre os direitos essenciais do cidadão:

- ✓ Direitos Cívicos: referem-se às liberdades individuais, entre elas o direito de ir e vir.
- ✓ Direitos Políticos: são direitos que garantem a participação dos indivíduos no processo político da sua comunidade local, estado e país.
- ✓ Direitos Sociais: diz respeito ao bem-estar econômico, a sua inclusão na sociedade.

O que propomos é uma EDH de forma articulada com todas os componentes curriculares escolares a partir de projetos construídos por toda comunidade escolar. O grande desafio do Centro Educacional Áureo de Oliveira Filho é a continuidade dessas ações durante todo o ano letivo, pois se trata de uma temática, como já citamos, extensa, vários pontos presentes nas competências gerais do BNCC têm uma relação direta com os direitos humanos e por isso mesmo não podemos perder o foco.

De acordo Silva e Tavares (2011), é nesse cenário, tendo como foco a democracia e os direitos humanos, que a formação cidadã encontra espaço para

ampliar sua atuação e o exercício da cidadania. Nessa direção, a educação em Direitos Humanos surge como instrumento de efetivação da cidadania.

Educação para a Diversidade: A escola vem desenvolvendo um papel importante para a diversidade, imprimindo uma formação respaldada no respeito aos saberes que os alunos trazem consigo de suas localidades, haja visto que o nosso público estudantil não pertence a sede apenas, mas sim, de comunidades diversas do município de Anguera.

Dessa forma, o professor tem a função de mediar esses conhecimentos reconhecendo e valorizando a heterogeneidade social existente. Vale ressaltar que para além da sala de aula, a psicóloga e a psicopedagoga da instituição fazem um trabalho marcante, com intervenções pontuais trazendo temas sensíveis, porém com uma importância grandiosa a ser tratado na comunidade escolar.

Educação para o trânsito: De acordo com o art. 74 do código de trânsito é direito de todos à Educação para o trânsito e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Dentro desse tema integrador é importante que a escola aborde temas e estatísticas de acidentes, violência no trânsito nas grandes cidades e em todo estado e país. Esses dados são importantes para que juntos possamos trabalhar a conscientização dos nossos alunos pautados na valorização e preservação da vida.

Assim, teremos instrumentos para uma prática pedagógica envolvendo toda a comunidade escolar, através de projetos, seminários, palestras educativas promovidas pela própria escola em parceria com a Secretaria de Educação.

Saúde na Escola: É papel inerente à escola produzir conhecimento a partir da realidade vivida pelos nossos alunos. Logo, diante dos problemas que são apresentados no nosso dia a dia pelos nossos educandos, temos a oportunidade a partir dos nossos temas integradores de focar na questão da saúde.

Nesse sentido, a escola se articula em torno de temas como: prostituição infantil, o uso de drogas, conflitos familiares entre outros temas relevantes que precisam ser trabalhados pela escola com o objetivo de fazer com que o aluno perceba a importância da saúde física e mental para o aprendizado.

O CEPAOF dispõe de uma psicóloga que atende regularmente nossos alunos imprimindo ações de fortalecimento mental. Temos também uma assistente social que

visita à casa dos nossos discentes quando percebemos: queda no seu rendimento escolar, ausência do aluno na escola por vários dias (Busca Ativa) conflito familiar verificado pela psicóloga e outras situações detectadas.

Em parceria com a Secretaria de Saúde do município, a escola promove outras ações regularmente para a comunidade escolar:

- ✓ Vacinação;
- ✓ Orientações de Dentistas para saúde bucal;
- ✓ Acompanhamento nutricional.

Essas ações têm por objetivo a valorização da saúde física e mental dos nossos alunos para que eles possam absorver melhor os objetos dos conhecimentos necessários para a sua formação.

Educação para o Meio-Ambiente: Em consonância com a BNCC, o DCRB, DCRM, Plano de curso e Planejamento Referencial estabelece que o currículo local promova aprendizagens significativas e contextualizadas, orientando o PPP de cada unidade. Assim, o presente PPP toma o DCRM como guia para incorporar a educação ambiental de forma transversal, contínua e articulada às áreas do conhecimento e aos projetos escolares.

Do ponto de vista legal e de políticas públicas, a educação ambiental na Educação Básica é uma prática permanente, integrada ao currículo, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), atualizada em 2024 para reforçar temas como mudanças climáticas e sustentabilidade, e os cadernos temáticos da BNCC sobre Meio Ambiente, que organizam competências, objetos do conhecimento e situações didáticas para todas as etapas. Essas referências orientam o planejamento, os objetivos formativos e os critérios de acompanhamento das ações ambientais na escola.

A escola adota uma abordagem crítica e emancipadora de educação ambiental, a mesma institucionaliza, no calendário anual, a Semana do Meio Ambiente (1º a 5 de junho), em articulação com o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), criado pela ONU/PNUMA. A Semana foi instituída no Brasil pelo Decreto nº 86.028/1981, e constitui um marco mobilizador para sequências didáticas, feiras, campanhas e ações comunitárias, sempre conectadas ao currículo e aos projetos contínuos do ano letivo.

1. **Transversalidade e continuidade:** os temas ambientais perpassam as áreas e projetos da escola, com sequências didáticas que combinam investigação, intervenção e socialização de resultados;

2. **Contextualização local:** diagnóstico participativo dos problemas do entorno (resíduos, água, arborização, calor nas salas, uso de energia), incorporando soluções progressivas no plano anual;

3. **Inclusão e AEE:** adaptação de materiais e rotinas para participação plena dos estudantes com deficiência (p. ex., hortas de canteiro elevado, pictogramas, roteiros táteis e sonoros);

4. **Avaliação formativa:** critérios ligados a atitudes, habilidades investigativas, trabalho colaborativo e impacto das ações (indicadores simples como redução de resíduos e consumo de água/energia), conforme orientações da BNCC/ “Caderno Meio Ambiente”.

Segue algumas das ações pretendidas pela escola para realização não como algo esporádico, mas sim permanente e perpetuo.

- **Horta Escolar Inclusiva:** montagem de canteiros elevados e de garrafas PET; produção de temperos/verduras para a merenda; diários de bordo e mapas sensoriais para estudantes do AEE. (Integra Ciências, Matemática, Língua Portuguesa).

- **Compostagem & Ecopontos:** baldes para restos orgânicos da cantina e ecopontos de recicláveis nas áreas comuns; monitoria por “Agentes Ambientais Juvenis”.

- **Energias em foco:** “apagão consciente” semanal, medição de consumo por sala e competição saudável com metas; elaboração de cartazes informativos pelos estudantes.

- **Água: cada gota conta:** mutirão para identificar vazamentos, instalação de garrafas PET nas caixas acopladas e campanhas de uso racional, com registro de antes/depois.

- **Campanha #MenosPlástico:** incentivo ao uso de garrafas e copos reutilizáveis; mutirão de limpeza do entorno; oficina de ecobags com camisetas usadas.

- **Trilha escolar e inventário de biodiversidade do pátio:** mapeamento de árvores, insetos e aves; placas com QR codes e audiodescrição; parceria com famílias/comunidade.

- **Feira Verde & Mostra de Soluções:** culminância da Semana do Meio Ambiente com exposição de protótipos (cisterna de calha, mini-filtro de garrafa, minhocário), apresentações e rodas de conversa.

- **Ecoprint e reuso criativo:** oficinas de estamparia botânica e reaproveitamento de materiais (papel reciclado, arte com resíduos), valorizando cultura local e protagonismo juvenil.

Cada projeto detalhará: objetivos de aprendizagem (competências específicas por componente), produtos/entregas (relatórios, mapas, podcasts), indicadores de impacto (resíduos desviados, consumo reduzido, árvores plantadas), cronograma (com picos na Semana do Meio Ambiente) e responsabilidades (docentes, discentes, famílias, parceiros). A equipe pedagógica utilizará instrumentos de avaliação formativa e registros de observação para alimentar o Conselho de Classe e o Relatório de Resultados das ações pretendidas inseridas no PPP, mantendo alinhamento com o BNCC, DCRB, DCRM, Plano de curso e Planejamento Referencial.

Educação Financeira: na perspectiva formativa e cidadã, constitui-se como tema integrador do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, articulando componentes curriculares, projetos e vivências escolares e comunitárias.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a necessidade de desenvolver, ao longo da Educação Básica, competências que favoreçam o pensamento crítico, o uso significativo de conhecimentos matemáticos e a tomada de decisão responsável no cuidado de si, dos outros e do bem comum. Nessa direção, a BNCC e materiais oficiais associados indicam a Educação Financeira como tema contemporâneo e transversal que perpassa diferentes componentes (com ênfase em Matemática e Ciências da Natureza), ao abordar consumo, planejamento, poupança, crédito, juros, orçamento familiar e empreendedorismo solidário, sempre vinculados à realidade dos estudantes.

4. ETAPAS DE ENSINO

4.1. ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O CEPAOF oferece à comunidade Anguerense os anos finais do Ensino Fundamental, que vai do 6º ao 9º Ano, com a missão de dar continuidade aos conhecimentos introduzidos nos anos iniciais, consolidando aprendizagens, e prepará-los para o Ensino Médio.

Dessa forma, no início do ano letivo, os alunos do CEPAOF são acolhidos no pátio da escola, quando é aproveitada a oportunidade para dar boas-vindas a todos, e toda equipe escolar se mobiliza para apresentar as regras de convivência, disciplina, bem como os professores se apresentam e expõem sobre suas práticas e seus planejamentos.

Os alunos que chegam para o 6º Ano, novos no ambiente escolar, encontram muitas mudanças nesse novo ciclo de ensino a começar pela nova escola, novos professores, novos horários e diante dessas mudanças bruscas, o CEPAOF se prepara para recebê-los de forma muito cuidadosa. No primeiro momento apresenta-se toda a estrutura escolar para eles, já em sala de aula, é promovida atividade lúdica pelo professor, com o objetivo de ambientar nossos estudantes no novo espaço escolar como também buscar uma empatia entre aluno, professor e demais funcionários.

A estrutura dos anos Finais do Ensino Fundamental do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho passa a se organizar de acordo a homologação da BNCC em 2018, em áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares obrigatórios (chamados antes de matérias ou disciplinas), como mostra a seguir:

Área de Linguagens: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa;

Área de Matemática: Matemática;

Área de Ciências da Natureza: Ciências;

Área de Ciências Humanas: Geografia e História;

Área de Ensino Religioso: Ensino Religioso.

Além dos componentes obrigatórios comuns da BNCC, a escola pode complementar a grade curricular com uma parte diversificada para *“enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares e diferentes realidades”*.

Sendo assim, O CEPAOF vem desenvolvendo esse complemento em uma área do conhecimento muito significativa, sobretudo, para área de trabalho e empregabilidade: o Empreendedorismo Local e Regional foi inserido como Componente Curricular enriquecendo a parte diversificada do currículo.

As atividades de empreendedorismo para sala de aula é uma forma eficiente de direcionar aos alunos para uma realidade cada vez mais comum na sociedade e com isso, despertar nos estudantes a curiosidade sobre esse universo. Como o empreendedorismo na educação é uma tendência que cresce constantemente, o professor pode ser a peça-chave para a preparação dos alunos para empreender.

É fundamental compreender que promover empreendedorismo na escola é falar sobre experiências inovadoras de aprendizagem, sendo assim, o primeiro passo é trazer pequenos problemas do dia a dia da própria comunidade para discussão em sala de aula, visando a apresentação de proposta de solução.

Dessa forma, preparar os alunos para a resolução dos problemas complexos, isso faz com que os educandos percebam suas competências como também instigados a desenvolver suas habilidades. De acordo o BNCC, essas questões fazem parte da função social da escola.

4.2. TRANSIÇÃO DO 9º ANO PARA O ENSINO MÉDIO

A mudança entre ciclos de ensino possui sempre novos desafios, no entanto, o CEPAOF compreende também que essa transição pode ser superada, pois o acolhimento é um recurso de grande impacto para aqueles alunos que estão se apresentando para uma nova fase da vida.

A escola enquanto ambiente para promoção de diálogo, no 9º ano os componentes curriculares oferecidos não somente o componente “empreendedorismo”, estão em permanentes reflexões acerca do futuro de nossos alunos, abordando sempre a importância dos estudos, a escolha de uma profissão

como também temáticas relevantes como: sexualidade, ética, cidadania entre outros assuntos importantes para o desenvolvimento dos adolescentes que estão migrando para o ensino médio. Sobre essa assertiva, o Documento Curricular da Bahia diz que: Os Anos Finais do Ensino Fundamental precisam estabelecer uma conexão mais sólida com a etapa final da Educação Básica, sobretudo quando refletirmos sobre a função social da escola e sobre a efetividade dela na construção dos projetos de vida dos estudantes. (BAHIA, 2019, p. 467), portanto, é nessa direção que estamos caminhando.

De acordo a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, esse documento traz os objetivos inerentes à etapa do Ensino Médio que está concomitante à dimensão social, cujos são: a formação para o exercício da cidadania e a preparação para a continuação dos estudos em nível subsequente, bem como a preparação para o ingresso no mundo do trabalho.

Assim, a função social da escola vai além dos seus próprios muros, ou seja, com o amparo da LDB, compreendemos que a Instituição Escolar precisa preparar o aluno para a vida e estar apto à convivência social, não só em sua comunidade, mas, sim em qualquer espaço que ele se encontre. Nesse sentido, O CEPÁOF promove:

- ✓ Visitas e encontros com as Unidades Escolares da região;
- ✓ Passeios culturais: Feira do livro em Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS);
- ✓ Apresentação em eventos no Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA).

No ano letivo de 2025/26 analisaremos outros ambientes que poderão ser visitados por nossos alunos, buscando uma amplitude de conhecimentos. É dessa maneira que o CEPÁOF se apresenta para a nossa comunidade escolar, buscando sempre ampliar seus horizontes para um ensino de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento dos nossos sujeitos da educação.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

O Centro de Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, no cumprimento de suas finalidades educativas e sociais, terá o seu funcionamento caracterizado por

vivências e práticas pedagógicas voltadas à Educação Integral dos seus educandos. Assim, o processo de ensino e aprendizagem será desenvolvido dentro da perspectiva de assegurar o exercício do conjunto dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes. Isso significa a instituição deve garantir a formação integral humana dos sujeitos, em todas as suas dimensões: cognitiva, afetiva, social, cultural, física e ética.

A Educação Integral no município, instituída pela Lei Municipal nº 335, de 30 de maio de 2025, configura-se como uma política pública estruturante do Sistema Municipal de Ensino, voltada à garantia do direito à educação em sua dimensão plena e humanizadora.

Fundamentada em princípios de equidade, inclusão, diversidade e qualidade social, a referida lei compreende a educação integral como um processo formativo que ultrapassa a transmissão de conteúdos, promovendo o desenvolvimento intelectual, cognitivo, físico, emocional, social, cultural e ético dos estudantes, em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais da educação básica.

Nesse sentido, a política municipal de educação integral em tempo integral propõe a reorganização dos tempos, espaços, currículos e práticas pedagógicas, articulando ações educacionais com outras políticas públicas e com a comunidade local. A escola passa a ser compreendida como um espaço de formação ampliada, que dialoga com a realidade sociocultural do território, reconhecendo os estudantes como sujeitos históricos, plurais e portadores de múltiplas experiências, saberes e identidades. A gestão dessa política é orientada pelos princípios da gestão democrática, assegurando a participação da comunidade escolar e o acompanhamento das ações por instâncias colegiadas e intersetoriais.

No que se refere à organização curricular, a Lei nº 335/2025 estabelece que o currículo da educação integral seja estruturado a partir da articulação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (DCRM), garantindo, ao mesmo tempo, a observância das aprendizagens essenciais e a valorização das especificidades locais. Para os anos finais do ensino fundamental, do

6º ao 9º ano, o currículo organiza-se em uma Base Comum e uma Base Municipal, que se complementam de forma integrada e interdisciplinar.

A Base Comum contempla os componentes curriculares obrigatórios definidos pela BNCC, organizados nas áreas do conhecimento. Na área de Linguagens, incluem-se Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa; na área de Matemática, o componente Matemática; na área de Ciências da Natureza, o componente Ciências; na área de Ciências Humanas, os componentes História e Geografia; além do Ensino Religioso, ofertado de acordo com os princípios legais que asseguram o respeito à diversidade cultural e religiosa.

Esses componentes asseguram a formação acadêmica essencial, o desenvolvimento do pensamento crítico, da comunicação, do raciocínio lógico, da compreensão histórica e geográfica, bem como da consciência corporal, artística e ética dos estudantes.

A Base Municipal, por sua vez, amplia e diversifica as experiências formativas, incorporando componentes curriculares e campos de aprendizagem que dialogam diretamente com a realidade local, o projeto de vida dos estudantes e as demandas contemporâneas da sociedade. Essa base contempla propostas como comunicação e linguagem, jogos e desafios matemáticos, computação e cultura digital, identidade cultural, vida e sociedade, mundo do trabalho, empreendedorismo local e regional, clubes de leitura, práticas esportivas e artísticas, educação ambiental e sustentabilidade, horta escolar, educação antirracista, ação juventude, entre outras possibilidades pedagógicas. Esses componentes têm caráter integrador e formativo, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, da cidadania, da consciência social e do protagonismo juvenil.

No âmbito da organização do tempo escolar, a educação integral em tempo integral nos anos finais do ensino fundamental prevê uma jornada ampliada de 45 horas semanais, totalizando 1.440 horas anuais. Essa carga horária contempla tanto os componentes da Base Comum quanto os da Base Municipal, distribuídos de maneira equilibrada ao longo da semana, de modo a evitar a fragmentação do currículo e assegurar a integração entre os diferentes saberes e práticas educativas.

A ampliação do tempo escolar não se limita ao aumento quantitativo de horas, mas implica uma reorganização qualitativa das experiências de aprendizagem, com metodologias ativas, projetos interdisciplinares, práticas colaborativas e uso pedagógico de diferentes espaços educativos.

A proposição curricular para os anos finais do ensino fundamental, conforme orienta a Lei nº 335/2025, fundamenta-se na construção de um currículo vivo, contextualizado e significativo, que articula conhecimentos científicos, culturais e sociais, promovendo aprendizagens que façam sentido para os estudantes e contribuam para sua formação integral.

O currículo deve favorecer a interdisciplinaridade, o trabalho por projetos, a resolução de problemas, o desenvolvimento socioemocional e a construção do projeto de vida, respeitando as etapas do desenvolvimento humano e as especificidades da adolescência.

Dessa forma, a educação integral em Anguera consolida-se como uma política educacional comprometida com a transformação social, a redução das desigualdades educacionais e a promoção de uma escola pública democrática, inclusiva e socialmente referenciada. Ao integrar currículo, tempo, espaços e práticas pedagógicas, a Lei nº 335/2025 reafirma o papel da escola como espaço privilegiado de formação cidadã, garantindo aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental uma educação que articula conhecimento, cultura, trabalho, ética e participação social.

A proposta de Educação Integral em Tempo Integral insere-se no debate nacional sobre a formação do sujeito em sua totalidade. Para Anísio Teixeira (1962), considerado um dos maiores pensadores da educação brasileira, a escola integral deve articular instrução e vida, transformando-se em espaço de desenvolvimento pleno do cidadão.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a realidade de Anguera, município de pequeno porte do semiárido baiano, marcado por desafios socioeconômicos, como o acesso desigual a oportunidades e a necessidade de políticas públicas capazes de promover equidade social. A escola, nesse cenário, torna-se um espaço de proteção

social, de fortalecimento da autoestima e de garantia de direitos, sobretudo para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Paulo Freire (1996) acrescenta que a educação deve ser emancipadora, possibilitando que os sujeitos compreendam criticamente sua realidade e construam meios de transformá-la.

A educação integral, nesse sentido, não se limita a ampliar a carga horária, mas proporciona aos estudantes vivências culturais, esportivas, científicas e artísticas que ampliam seus horizontes e fortalecem sua identidade. No contexto de Anguera, onde a comunidade mantém laços fortes de pertencimento, a escola integral funciona como ponte entre o saber escolar e os saberes comunitários, valorizando a cultura local e estimulando o protagonismo juvenil.

Em resumo, ao colocar em prática a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, o CEPAOF reafirma seu compromisso com uma educação que vai além da transmissão de conteúdos.

Autores como Cavaliere (2002) e Coelho (2009) destacam que a educação em tempo integral tem um impacto positivo na diminuição da evasão escolar, na melhoria do rendimento e na redução das desigualdades educacionais. Ao oferecer uma jornada estendida, a escola ocupa de maneira significativa o tempo das crianças e adolescentes, garantindo acesso a atividades formativas que dificilmente seriam disponibilizadas em outros espaços da cidade.

5.1. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

No Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, o Ciclo Juvenil constitui uma etapa educativa voltada aos adolescentes e jovens. Em 2025, essa unidade contava com 25 alunos matriculados na modalidade EJA o que evidencia a amplitude e importância dessa oferta educacional. A escola começou a ofertar a partir do Ano Letivo de 2023, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) voltada especificamente ao público jovem, com idade a partir de 15 anos, organizada em Estágios que compreendem o 6º e o 7º ano conjuntamente, bem como o 8º e 9º ano.

O Ciclo Juvenil constitui-se como uma estratégia pedagógica fundamental no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada ao atendimento de estudantes em situação de distorção série/idade. Essa oferta educacional reconhece que muitos jovens, por diferentes fatores sociais, econômicos e culturais, tiveram seus percursos escolares interrompidos ou marcados por repetências, o que resultou na defasagem entre idade e etapa de escolarização. Dessa forma, o Ciclo Juvenil busca assegurar o direito à educação, garantindo acesso, permanência e sucesso escolar a esse público específico.

A organização do Ciclo Juvenil está fundamentada no Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos (OCEJA), documento oficial que orienta a prática pedagógica da EJA na rede municipal. Esse organizador curricular compreende a EJA como uma modalidade que exige propostas diferenciadas, flexíveis e contextualizadas, capazes de dialogar com as experiências de vida, os saberes prévios e as necessidades reais dos estudantes jovens. Assim, o Ciclo Juvenil não se limita a uma simples adaptação do ensino regular, mas apresenta uma proposta própria, alinhada às especificidades da juventude atendida.

O Ciclo Juvenil tem como principal objetivo promover a superação da distorção série/idade por meio de um percurso formativo que respeite o ritmo de aprendizagem dos estudantes, valorize suas trajetórias e favoreça a construção de conhecimentos significativos. Para isso, o currículo é organizado de forma integrada, priorizando a articulação entre as áreas do conhecimento, o trabalho com eixos temáticos e temas geradores, bem como a contextualização dos objetos do conhecimento à realidade social, cultural e comunitária dos alunos. Essa organização possibilita uma aprendizagem mais dinâmica, crítica e próxima do cotidiano juvenil, fortalecendo o vínculo dos estudantes com a escola.

Outro aspecto central do Ciclo Juvenil no CEPALOF é o compromisso com o protagonismo juvenil e a formação cidadã. As práticas pedagógicas buscam estimular a participação ativa dos estudantes, o desenvolvimento da autonomia, o pensamento crítico e a compreensão do papel social de cada sujeito. Nesse sentido, a escola assume uma função social ampliada, contribuindo não apenas para a escolarização formal, mas também para a formação humana integral, preparando os jovens para a convivência social, o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho.

A avaliação no Ciclo Juvenil ocorre de maneira contínua e processual, acompanhando o desenvolvimento das aprendizagens ao longo do percurso formativo. Esse processo avaliativo prioriza o acompanhamento do progresso do estudante, considerando suas conquistas, avanços e desafios, e não apenas a verificação pontual de objetos do conhecimento. Tal perspectiva avaliativa está em consonância com as orientações do OCEJA, que defende uma avaliação formativa, diagnóstica e inclusiva, voltada para a melhoria das práticas pedagógicas e para o sucesso escolar dos educandos.

A oferta do Ciclo Juvenil no CEPACOF também está alinhada às normativas e portarias da Secretaria Municipal de Educação de Anguera, bem como às deliberações do Conselho Municipal de Educação, que regulamentam a organização da EJA no município. Essas normativas asseguram respaldo legal à proposta, garantindo que o atendimento aos estudantes em distorção série/idade ocorra de forma planejada, estruturada e em conformidade com a legislação educacional vigente.

Dessa maneira, o Ciclo Juvenil representa uma ação pedagógica essencial para a promoção da equidade educacional no município de Anguera. Ao reconhecer as especificidades dos jovens em defasagem escolar e ao propor um currículo flexível, contextualizado e humanizado, o CEPACOF reafirma seu compromisso com uma educação inclusiva, democrática e socialmente referenciada, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a garantia do direito à aprendizagem ao longo da vida.

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Modalidade de ensino que deve ser promovida nas diferentes etapas, numa perspectiva da inclusão, a Educação Especial dirige-se ao atendimento a alunos com deficiência, transtorno de desenvolvimento ou superdotação, buscando garantir o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia, independência e o desenvolvimento cognitivo conforme o ritmo e as possibilidades específicas.

A escola se compromete a garantir o acesso, a permanência e as condições de atendimento, buscando consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

No Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, a educação especial vem emergindo com força como parte da política municipal de inclusão, oferecendo condições dignas e acolhedoras para estudantes com necessidades educativas especiais (NEE). Idealmente, o atendimento educacional especializado (AEE) se daria tanto em salas de recursos multifuncionais, onde alunos podem aprofundar aprendizagens com mediação especializada, quanto na própria sala regular, sempre promovendo a socialização sem abrir mão do apoio individualizado.

Essa concepção está em linha com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, art. 58), que recomenda que a educação especial seja ofertada preferencialmente na rede regular de ensino e organizada de forma a ampliar o alcance das habilidades dos estudantes.

A presença da Psicopedagoga, da Psicóloga Escolar e a Professora do AEE na equipe é fundamental para tocar os aspectos emocionais, cognitivos e sociais dos alunos que demandam maior atenção. A Psicopedagoga contribui com diagnósticos, acompanhamento de processos de aprendizagem e apoio a estratégias didáticas personalizadas para os atendimentos individuais, além de orientar professores e famílias sobre os caminhos mais adequados para cada criança.

Já a psicóloga desempenha papel decisivo no acolhimento, na construção de laços de confiança, na escuta qualificada das emoções e na promoção da saúde mental — especialmente relevante em contextos escolares em que o protagonismo e o pertencimento são fragilizados. Ambos os profissionais validam o olhar humanitário do fazer pedagógico, lembrando que cada estudante é único em sua história, potencial e afetividade.

As auxiliares de ensino também desempenham papel essencial: são elas que sustentam, dia a dia, o acompanhamento do aluno na sala de aula regular da escola.

Elas zelam pela mediação de atividades, pela escuta atenta de sinais não verbais e pelo cuidado prático que torna possível que estudantes com deficiência ou com dificuldades persistentes de aprendizagem se sintam seguros para tentar, errar e aprender. Essas profissionais garantem que as intenções inclusivas da gestão se façam concretas, traduzindo políticas em gestos de presença, paciência e afeto.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com deficiência, transtorno do desenvolvimento ou superdotação nas turmas regulares, com o mais possível enfoque humanístico. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema. Uma escola inclusiva se constrói no dia a dia do seu funcionamento. Uma das barreiras a ser vencida é a discriminação.

A escola é um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Destaca-se que o papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos, com a participação, têm a contribuir para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

A escola precisa cada vez mais se adaptar a esses sujeitos para recebê-los, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estará verdadeiramente dando passos concretos de uma escola inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas e comunicacionais, como na parte pedagógica, mantendo metodologias e práticas adaptadas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de

direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja no AEE ou nas turmas regulares.

Refletir com humanidade sobre a educação especial é lembrar que se trata de direitos que se materializam em práticas cotidianas, com afeto, com escuta e com respostas didáticas ajustadas a necessidades reais.

Procura-se fortalecer a educação especial no CEPAOF e pensando nisso, a coordenação juntamente com a equipe multifuncional prevê promover formações continuadas sobre neurodiversidade, deficiência, altas habilidades e estratégias de ensino adaptado; garantir que a sala de recursos escola seja um espaço organizado, acolhedor, equipado e integrado ao cotidiano; e assegurar que todos os profissionais envolvidos (professores, professores do AEE, auxiliares de ensino, psicopedagogas e psicólogas) atuem em equipe colaborativa, promovendo ciclos de intervenção que envolva avaliação, planejamento, aplicação e reavaliação conjunta.

Para a avaliação da aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes com algum tipo de deficiência, transtorno de desenvolvimento ou superdotação é importante fazer uso da flexibilização curricular, quando necessário, de forma a selecionar no currículo as habilidades essenciais ao público, buscando adequar o que se avalia com as potencialidades do aluno.

Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o Professor avalie o aluno dentro de um olhar voltado para o avanço nas habilidades sensoriais e cognitivas, conforme as especificidades, respeitando possíveis limites, se existirem, sempre em consonância com o que diz o PDI – Plano de Desenvolvimento Individual.

Às turmas regulares, recomenda-se que sejam aplicados os mesmos instrumentos de avaliação para todos os alunos, visto o princípio da inclusão, com as adaptações necessárias conforme cada especificidade. No tocante à avaliação somativa, indica-se ao Professor descrever relatos sobre o nível de desenvolvimento

do aluno, com vistas a ser anexado ao PDI, e respaldar o rendimento escolar indicado no Diário de Classe.

5.4. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Ainda que localizado no espaço urbano da cidade de Anguera, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho recebe parte do seu alunado oriundo de localidades rurais do município, cujo acesso à escola ocorre através do serviço de transporte escolar. Diante dessa realidade, a escola não pode perder de vistas a política da educação do campo.

A proposta de Educação do Campo visa oferecer um modelo de ensino para a população do campo em conformidade com suas realidades, buscando oferecer um vínculo entre a escola e suas práticas pedagógicas com as famílias do campo, os produtores rurais, procurando garantir uma forma de ensino-aprendizagem condizente com os valores e práticas tradicionais do campo.

O município de Anguera se caracteriza pela forte agricultura e pecuária tanto na sede como nos distritos, sendo assim, a educação do campo deve ser pensada e considerada no âmbito do CEPAOF.

A educação do campo é uma proposta abrangente que visa a formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. Nessa linha, a escola deve estimular o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.

O relacionamento da escola no aspecto cultural tem uma extrema importância, assim para o nosso estudo, o relacionamento entre as partes envolvidas neste processo de formação deveria acontecer de maneira dialógica, numa contínua troca: Eu te percebo, te respeito e nós construiremos, juntos as saídas para os nossos desafios.

Em relação aos princípios norteadores da Educação do Campo, as práticas pedagógicas que a escola desenvolve ajudam no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, pois ele reconhece sua identidade naquilo que a escola oferece. Ou seja, a aprendizagem se torna significativa.

Esta prática possibilita a construção de sujeitos sociais e novas formas de socialização, ao propor gestão coletivamente à realidade, é conceber o campo como espaço de vida para as futuras gerações.

A valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com componente curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições.

As diretrizes da avaliação precisam levar em conta características intrínsecas específicas dos educandos residentes no campo. Assim, a escola, respeitando essa diversidade, deve considerar o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo, assim entendemos a prática educativa como suporte em proveito do aprendizado tanto para o homem urbano, quanto para o homem rural.

Uma escola que pressupõe uma perspectiva esperançosa e que se constitui em uma escola transportada pelas mãos de seus agentes, comunidade escolar e local, possibilita entender a oportunidade de superação dos sujeitos intermediada por uma prática educativa.

Seguindo nessa direção, que o processo ensino-aprendizagem se dê através de práxis que vise transformar a realidade dos sujeitos envolvidos. Logo, o entendimento da implementação de uma prática educacional diferenciada com vistas às proposições e concepções da Educação do Campo percebemos como a escola se torna dinâmica e envolvida com os problemas da comunidade. O trabalho é essencial na vida das pessoas que moram no campo.

5.5 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) representa um marco profundo no

compromisso do Brasil com a promoção da igualdade racial no ambiente educacional, orientando ações pedagógicas, formativas e de gestão que buscam superar as desigualdades étnico-raciais e combater o racismo estrutural nas escolas públicas. No município de Anguera, a implementação dessa política tem ganhado corpo por meio de atos normativos, um comitê de governança e planos de ação que visam concretizar essa agenda no cotidiano escolar, trazendo relevância social e pedagógica às comunidades escolares locais.

A PNEERQ, instituída no contexto nacional pela Portaria nº 470/2024, articula diretrizes que buscam a superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo no ambiente escolar, além de promover a inclusão da população quilombola nas ações educativas. Essa política é norteadada por marcos legais que fundamentam a necessidade de uma educação que reconheça, valorize e integre culturas e saberes diversos, em consonância com o princípio constitucional da igualdade e de uma sociedade democrática (Constituição Federal de 1988).

No âmbito legislativo brasileiro, a Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) para tornar obrigatória a inclusão, nos currículos da educação básica, do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Em 2008, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para incorporar também a história e cultura indígena, consolidando uma base normativa que exige das escolas a produção de conteúdo e práticas pedagógicas que combatam o racismo e promovam a diversidade. Essas leis não apenas impõem uma obrigação curricular, mas também legitimam políticas educacionais que rompam com o apagamento histórico de grupos étnico-raciais marginalizados.

Para estruturar a implementação local, o município de Anguera instituiu, por meio do Decreto nº 86/2025, o Comitê Municipal de Governança da PNEERQ, órgão destinado a monitorar e orientar as ações no âmbito da rede municipal de ensino. Além disso, pela Portaria SEC nº 29/2025, foi designada a articuladora municipal da PNEERQ, reforçando a importância de um responsável técnico para articular políticas, processos formativos e ações pedagógicas voltadas à temática étnico-racial nas unidades escolares.

A relevância dessa política para a educação vai além do cumprimento legal: ela proporciona um olhar reflexivo sobre a construção de práticas educativas que respeitem e valorizem a diversidade étnico-racial dos estudantes, desconstruindo estigmas e preconceitos historicamente presentes no currículo e na vida escolar. Ao promover a reflexão crítica sobre a história, a cultura e as contribuições dos povos negro e indígena, a PNEERQ contribui para uma educação que conecta conhecimento escolar e identidades culturais, fortalecendo a autoestima dos estudantes e ampliando a compreensão sobre a sociedade plural em que vivemos.

Na prática escolar, trabalhar a educação para as relações étnico-raciais significa integrar objetos do conhecimento e metodologias que contemplem contextos plurais; construir materiais pedagógicos que representem a diversidade; promover formação continuada de educadores focada em temáticas de raça, cultura e antirracismo; e estabelecer protocolos de prevenção e enfrentamento ao racismo no ambiente escolar. Essa integração, apoiada por normativas legais, possibilita que a escola desempenhe um papel ativo na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades, fomentando uma cultura escolar que valoriza a equidade e a justiça social.

Portanto, a política de educação para as relações étnico-raciais, especialmente por meio da PNEERQ, representa não apenas uma exigência normativa, mas um compromisso pedagógico e ético com a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática. Ao promover práticas que reconheçam e valorizem os diferentes grupos étnico-raciais, O CEPAOF contribui para transformar a realidade escolar em um espaço de respeito, reconhecimento e valorização da diversidade humana.

5.6 POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A Política para Educação Antirracista no Brasil representa um compromisso ético, pedagógico e constitucional com a promoção da igualdade racial, a valorização da diversidade étnico-racial e o enfrentamento ao racismo nas escolas públicas e privadas. Essa política não é apenas uma diretriz abstrata, mas está sustentada em

marcos legais que regulam a forma como a educação deve ser organizada para garantir práticas educativas que superem desigualdades históricas e estruturais, tornando o ambiente escolar um espaço de reconhecimento e respeito às múltiplas identidades presentes na sociedade brasileira.

No plano legal, a base da educação antirracista encontra-se inicialmente na Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as etapas da educação básica.

Essa lei é um marco fundamental para que a escola supere formas de silêncio e invisibilização da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na construção da sociedade brasileira, sendo essencial para a desconstrução de práticas educacionais estereotipadas e para o reconhecimento da diversidade cultural no currículo escolar. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigação ao incluir também a história e cultura indígena, reforçando a necessidade de uma educação que represente a pluralidade cultural e étnica do Brasil.

Complementando essas leis, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída pela Portaria nº 470/2024, traz uma dimensão estruturante para a prática antirracista nas redes de ensino. A PNEERQ articula ações que vão desde a formação de professores e gestores em educação antirracista, passando pela construção de protocolos de prevenção e resposta a práticas racistas nas escolas, até o monitoramento da implementação das leis que ordenam a inclusão da temática étnico-racial no currículo.

Essa política nacional reforça que a educação antirracista não deve ser pontual ou restrita a momentos comemorativos, mas sim transversal e contínua na vida escolar.

No município, a implementação dessa política tem sido marcada por ações concretas, como o lançamento da PNEERQ, que visa orientar os profissionais da educação e a comunidade escolar para a construção de uma prática pedagógica antirracista que valorize as histórias, culturas e saberes das populações

afrodescendentes e indígenas. Essa iniciativa local é relevante porque traduz a política nacional em ações educativas contextualizadas à realidade municipal, promovendo um ambiente escolar onde a diversidade é reconhecida e a discriminação racial é ativamente enfrentada.

A importância prática da educação antirracista nas escolas está diretamente relacionada à necessidade de desconstruir preconceitos, combater estereótipos e fornecer um conhecimento histórico que compreenda a formação multicultural do Brasil. Uma educação que não contempla essas perspectivas corre o risco de perpetuar o racismo estrutural – uma forma de discriminação que opera de maneira sutil e sistêmica, influenciando inclusive a organização dos currículos e a interação entre estudantes e docentes.

Para que essa política deixe de ser apenas declarativa e efetivamente transforme a realidade das escolas, achamos essencial que ela seja incorporada ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEPAOF, para que a educação antirracista se concretize não apenas na inclusão de objetos do conhecimento, mas também em práticas pedagógicas diárias, ações formativas continuadas para professores e gestores, e mecanismos de escuta e acolhimento quando ocorrem situações de discriminação. Também é indispensável que os materiais didáticos e as atividades escolares reflitam a diversidade cultural, étnica e racial dos estudantes, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e representativo.

Em síntese, a Política para Educação Antirracista é um conjunto de ações, diretrizes e normas que visam transformar o ambiente escolar em um espaço que respeita a diversidade, valoriza identidades étnico-raciais e combate ativamente o racismo. Sustentada por leis federais — como a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 — e pela PNEERQ, essa política se torna ainda mais significativa quando aplicada de forma contextualizada nas realidades locais, onde a adesão e a operacionalização dessas diretrizes demonstram um compromisso com a promoção de uma educação mais justa, equitativa e verdadeiramente democrática.

A gestão escolar e a coordenação pedagógica serão agentes fundamentais no combate ao racismo. Sua postura e formação influenciam diretamente na construção de uma escola inclusiva e respeitosa. É necessário que os docentes estejam

comprometidos com a formação antirracista, que compreendam o racismo como uma estrutura social e não apenas como um ato isolado.

Assim sendo, a gestão escolar tem o papel de garantir políticas institucionais que promovam a equidade racial, incentivando projetos, práticas e formações que enfrentem o racismo e promovam a justiça social. Apesar dos avanços legais, a implementação de uma educação antirracista ainda encontra entraves como a resistência de parte dos educadores, a falta de formação adequada e a escassez de materiais didáticos de qualidade.

Ainda há um longo caminho para superar a invisibilidade da população negra e indígena nos currículos escolares. Como destaca Silva (2017), é urgente que a educação brasileira assuma um papel ativo na superação do racismo estrutural e institucional, propondo práticas pedagógicas emancipadoras e inclusivas.

5.7. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e atualizada em 2022, segundo a resolução CNE/CP n.º 01/2002 para contemplar as competências digitais e o pensamento computacional, constitui-se como um marco orientador das aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Em consonância com esse documento, o componente curricular Computação surge como uma área estratégica para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, criativas e éticas relacionadas ao uso e à compreensão crítica das tecnologias digitais.

No Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, a inserção do componente Computação no Projeto Político-Pedagógico (PPP) representa um compromisso com a inovação, a equidade e a formação de sujeitos capazes de atuar de forma crítica e produtiva em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia.

O objetivo central dessa integração é proporcionar aos estudantes não apenas o domínio instrumental de ferramentas digitais, mas, sobretudo, o desenvolvimento do

pensamento computacional, entendido como a capacidade de formular problemas e soluções de maneira lógica, sequencial e criativa, utilizando estratégias que podem ser aplicadas em diferentes contextos da vida cotidiana e acadêmica.

O Conselho Municipal de Educação (CME) aprovou o Complemento Computação ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) da rede municipal de ensino de Anguera. Essa aprovação consta na Resolução CME nº 03/2024.

A BNCC define que a Computação deve articular quatro eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e Inteligência Artificial. Cada um desses eixos contribui para a formação de competências específicas. O Pensamento Computacional envolve a capacidade de decompor problemas complexos em partes menores, reconhecer padrões, abstrair informações relevantes e construir algoritmos para resolver desafios.

Já a Cultura Digital amplia a compreensão crítica do estudante sobre o papel das tecnologias na sociedade, abordando questões de segurança, privacidade, ética e cidadania digital. O Mundo Digital trata da compreensão dos sistemas computacionais e das redes de informação, possibilitando que o aluno compreenda o funcionamento da infraestrutura tecnológica que sustenta a comunicação e a informação global. Por fim, a Inteligência Artificial, como campo emergente, promove reflexões sobre automação, dados e tomada de decisão baseada em algoritmos, incentivando o olhar ético e humano diante dos avanços tecnológicos.

No âmbito do PPP, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho assume o desafio de implementar práticas pedagógicas que tornem o ensino de Computação significativo e contextualizado. Isso inclui o uso de projetos interdisciplinares, em que os alunos possam aplicar os conceitos computacionais para resolver problemas reais da escola e da comunidade. A integração com áreas como Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens fortalece o caráter transversal do componente, permitindo que o uso da tecnologia seja uma ferramenta de construção de conhecimento, e não apenas um fim em si mesmo.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos professores, condição essencial para a consolidação do ensino de Computação. O PPP destaca a importância de capacitar o corpo docente para o uso pedagógico das tecnologias e para a compreensão dos princípios do pensamento computacional. Essa formação visa não apenas ao domínio técnico, mas também à reflexão sobre os impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na vida escolar e na sociedade.

Além disso, o documento reforça o compromisso da escola com a inclusão digital e o acesso equitativo às tecnologias, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam participar das experiências de aprendizagem mediadas pela Computação. A escola busca, dessa forma, alinhar-se aos princípios da BNCC, que orienta uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

No contexto educacional atual, a Portaria SEC nº 02/2026 estabelece normas para o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Anguera-BA, com o objetivo de organizar, orientar e limitar sua utilização no ambiente escolar, preservando o processo de ensino-aprendizagem e a saúde física, mental e emocional dos estudantes. De modo geral, o uso desses dispositivos pelos alunos não é permitido de forma irrestrita, sendo autorizado apenas em situações específicas, como em atividades pedagógicas previamente planejadas e autorizadas pela equipe escolar, em casos de emergência, para acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, ou para necessidades de saúde devidamente comprovadas.

A portaria também orienta as unidades escolares a promoverem ações formativas com os profissionais da educação, visando a conscientização sobre os impactos do uso excessivo de telas e a identificação de possíveis prejuízos ao bem-estar dos estudantes. Além disso, determina que cada escola organize normas internas quanto ao uso de aparelhos eletrônicos pelos profissionais, assegurando que esses não interfiram no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Dessa forma, a Portaria SEC nº 02/2026 reafirma o compromisso da rede municipal com o uso responsável e pedagógico da tecnologia, em consonância com a legislação educacional vigente.

Essa norma é importante para a instituição porque fortalece o ambiente de ensino e aprendizagem, reduzindo as distrações e promovendo maior concentração dos estudantes nas atividades escolares, o que contribui diretamente para a melhoria dos índices de atenção, participação e desempenho acadêmico.

Ao limitar o uso de celulares durante o horário de aula, as escolas incentivam a interação presencial entre os alunos e a mediação pedagógica do professor, favorecendo a construção de relações sociais mais saudáveis e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais que não se restringem ao uso tecnológico informal.

Além disso, a restrição ao uso pessoal dos celulares está alinhada às práticas de educação digital consciente, incentivando a reflexão crítica sobre o uso da tecnologia como ferramenta de aprendizagem, e não como fonte de distração ou dependência, em consonância com os objetivos da legislação federal e com as orientações pedagógicas orientadas pelo MEC e pelas redes estaduais de educação.

No CEPAOF foi inaugurado em 2024 um laboratório de informática visando movimentar as diretrizes da educação tecnológica, além de amparar o trabalho do professor, que passa a contar com mais essa metodologia ativa nos seus planejamentos. A sala conta com 10 (dez) computadores para serem usados em todos os componentes curriculares, com o intuito de fortalecer esse vínculo produtivo, e de uso responsável da tecnologia.

A inclusão de “Computação” via complemento curricular indica um avanço institucional na valorização da educação digital dentro da rede municipal. Essa inclusão formal reflete uma percepção da Secretaria de Educação de Anguera sobre a importância de desenvolver as habilidades relacionadas à tecnologia e ao pensamento computacional nos estudantes.

6.0. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O estudante precisa ter a garantia não somente do acesso à escola, como também facilitadas às condições de permanência e de sucesso. Espera-se, do aluno

na escola, a consolidação de aprendizagens, respeitadas o ritmo individual de cada um, diante da diversidade que caracteriza o todo.

A assistência estudantil é um mecanismo utilizado pela escola para acolher, incluir, cuidar, educar, orientar, socializar, garantir aprendizagens e promover a formação integral. A mesma se define como um conjunto de ações, onde, em muitas delas a escola necessitará buscar apoio de políticas públicas educacionais junto à Secretaria Municipal de Educação e outras instâncias.

Por sua vez, a escola já se ampara nas ações de assistência estudantil, como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino. As ações de assistência se tornam importantes aliadas na formação integral dos estudantes, pois garantem ao educando um melhor desempenho escolar.

Dessa forma, a fim de evitar a evasão escolar, O CEPAOF, através da assistência social da rede de educação municipal de Anguera, verifica com regularidade se há ausência de aluno na escola por mais de dois dias; detectadas essas faltas, a escola entra em contato, imediatamente, com os pais ou responsáveis pelo educando, ou até mesmo encaminha profissionais para se dirigir à casa do aluno faltoso e verificar o motivo da sua ausência na escola, adotando um diálogo para que o mesmo possa retornar o mais breve possível à escola. Essa ação caracteriza a Busca Ativa Escolar.

No ano de 2022 a escola aderiu a ação Dia “D” da Frequência Escolar, que se torna um momento para monitoramento da frequência de cada aluno matriculado, e ao mesmo tempo a instituição busca proporcionar atividades que tornem o ambiente mais atrativo aos alunos. E em dias atuais são claros os benefícios que essa mobilização traz ao fazer esse movimento de Busca Ativa intersetorial.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de Anguera exerce um papel fundamental na garantia da qualidade e da transparência da merenda escolar nas unidades municipais, especialmente no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho. Criado pela Lei nº 076/2009, esse órgão possui funções consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e de assessoramento junto ao Poder Executivo para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ao acompanhar, por meio de visitas técnicas e análise de atas e planos de ação, desde os cardápios até as instalações das cozinhas escolares, o CAE assegura que os recursos sejam bem empregados, a comida oferecida seja adequada e os processos atendam às normas sanitárias e nutricionais. Esse controle social fortalece a participação da comunidade — pais, professores, representantes de entidades civis — e promove autoestima, saúde integral dos estudantes e maior envolvimento da sociedade no cotidiano escolar.

Já a Cartilha do Transporte Escolar de Anguera, presente nos acervos técnico-pedagógico da Secretaria, é um instrumento estratégico para promover a inclusão social, garantindo que todos os alunos — especialmente aqueles em áreas rurais ou com dificuldades de mobilidade — tenham acesso seguro e regular à escola. Esse guia orienta motoristas, estudantes, famílias e gestores quanto aos seus direitos e deveres: desde o cuidado com a manutenção dos veículos até práticas seguras de embarque e diálogo consciente entre todos os envolvidos.

A cartilha ganha força por meio de cursos presenciais realizados na comunidade escolar, inclusive no CEPÁOF, que fomentam a comunicação, a confiança e a corresponsabilidade entre motoristas, estudantes, famílias e escola. Assim, o transporte escolar se consolida como um instrumento de justiça educativa, conectando direitos previstos na Constituição e na LDB com a vida concreta das crianças, jovens e adultos que transitam diariamente entre casa e escola.

Os princípios orientadores da assistência ao estudante vêm atender a demanda estudantil e tem por objetivo:

- ✓ Democratizar as condições de permanência dos alunos;
- ✓ Minimizar os efeitos socioeconômicos das famílias;
- ✓ Promover a inclusão social dos seus alunos.

Sendo assim, nossa escola com suas ações através de projetos e programas vem ressignificando as condições sociais dos nossos alunos, buscando sempre uma educação de qualidade, possibilitando a eles uma continuidade de vida baseada na cidadania e valor morais e éticos.

São muitas as demandas que surgem no dia a dia escolar, por isso é necessário que os professores sejam participativos nos ACs, nas reuniões e

assembleias, demonstrando serem ativos nos projetos e atividades desenvolvidas na escola. Levar em consideração a condição da comunidade em que os estudantes estão inseridos, também deve ser papel do professor e demais funcionários, que a educação oferecida seja condizente com a realidade, tornando o processo de ensino e aprendizagem atrativo e eficiente para os estudantes, evitando, assim o processo de evasão escolar.

Falando especificamente dos alunos, percebe-se a alteração na forma como se comportam, adquirem e reagem aos serviços educacionais. Isso acontece devido às mudanças desencadeadas e impulsionadas por diversos fatores, tais como o avanço das tecnologias, a dinâmica do mundo moderno, o compartilhamento de informações em tempo real, as necessidades de adaptação, entre outras. Esse perfil conversa claramente com o perfil esperado do Professor.

Em linhas gerais, dentro do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, a escola viabiliza a organização da política do estudante, promovendo eleições para líder e vice-líder de sala para que os mesmos participem da vida da escola de forma a contribuir com as necessidades da sala de aula.

O Programa Aluno Monitor representa uma política pública inovadora para fomentar o protagonismo estudantil e fortalecer o processo de aprendizagem entre pares no município. Realizada pela primeira vez em 2025, a seleção ofereceu 8 vagas para monitores de Língua Portuguesa e 8 para Matemática, abrangendo alunos do 8º ano da Escola Municipal Arthur Vieira de Oliveira e do 9º ano do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, além de outras escolas municipais.



Os candidatos foram avaliados por frequência mínima de 75%, média acadêmica igual ou superior a 8,0 na 1ª etapa letiva de 2025, entrevista e carta de motivação. Os monitores selecionados exercem suas funções com carga horária de quatro horas semanais, preferencialmente no contraturno, e recebem formação e orientação contínua de professores articuladores e coordenadores pedagógicos, além de elaborarem relatórios mensais das atividades desempenhadas.

Essa iniciativa não só ajuda a melhorar o desempenho dos colegas, mas também potencializa o desenvolvimento de habilidades como responsabilidade, comunicação e empatia nos próprios monitores, além de promover um ambiente escolar mais colaborativo e inclusivo.

No CEPAOF, o aluno protagonista configura-se como um princípio essencial previsto no Regimento Escolar Unificado — documento que norteia as normas e o cotidiano das escolas da Rede Municipal de Anguera, homologado em março de 2024 por meio da Portaria SEC nº 13/2024 e elaborado com ampla participação comunitária e do Conselho Municipal de Educação.

Dentro dessa orientação normativa, o estudante protagonista é aquele que assume responsabilidade ativa pelo próprio processo de aprendizagem e pela vida escolar. Embora o Regimento trate formalmente das diretrizes institucionais, o destaque prático dessa postura vem por meio de iniciativas como o Projeto Ação Juventude, que promove o protagonismo juvenil ao instituir a eleição de líderes e vice-

líderes nas turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, fomentando uma cultura de participação, diálogo e responsabilidade social.

Os líderes de classe, eleitos pelos próprios colegas em processo democrático geralmente em voto secreto em sala, desempenham papel estratégico na articulação entre a turma e a gestão escolar. Eles mantêm comunicação constante com a direção, coordenação pedagógica e professores, colaboram na resolução de problemas, levam a voz da turma às instâncias escolares e incentivam o engajamento acadêmico e o bom convívio entre os estudantes.

Esse papel ganha corpo com a apresentação da “Agenda do Líder”, um instrumento pedagógico que orienta esses estudantes sobre projetos e rotinas escolares, além de incentivá-los a mediar o fluxo de informações com seus colegas. Além disso, a rede tem promovido encontros formativos e lúdicos entre lideranças estudantis — como o realizado em maio de 2025 no CEPAOF — que possibilitam a socialização de ideias sobre temas diversos (leitura, ambiente escolar, esportes, educação ambiental), fortalecendo a identidade dos alunos como protagonistas efetivos de sua jornada educativa.

Fonseca (1995) discorre que a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação com o envolvimento com o grupo no qual está inserido. Logo, compreendemos a importância do aluno para escola, na verdade, esses sujeitos são os verdadeiros protagonistas das instituições de ensino.

7.0. A FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A formação continuada, no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho (CEPAOF), é entendida como uma prática essencial para garantir a qualidade e a humanização do processo educativo. Institucionalizada pela Portaria SEC nº 07/2021, o Plano de Formação Continuada em Atividade (PFCA) estabeleceu uma política permanente de atualização para todos os profissionais da educação — educadores e demais servidores — em serviço, com foco na dimensão técnica, pedagógica e comunitária. Esse modelo possibilita que a capacitação ocorra de forma

integrada ao cotidiano escolar, sem depender exclusivamente de momentos externos à rotina, fortalecendo o sentimento de pertencimento e compromisso.

Segundo o Regimento Escolar Unificado, homologado em 15 de março de 2024, a participação de todos os segmentos — direção, professores, funcionários, pais e alunos — nas decisões e na implementação do PPP, bem como na Jornada Pedagógica, é condição política e pedagógica fundamental para uma escola democrática. Dessa forma, o CEPAOF consolida o entendimento de que a formação continuada não deve se limitar aos professores ou gestores, mas incluir porteiros, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, equipe administrativa e demais agentes escolares. Cada um, em seu papel, contribui para um ambiente pedagógico acolhedor, seguro e estimulante.

Conceitualmente, ser educador no espaço escolar vai além do planejamento e da sala de aula tradicional. É reconhecer-se como mediador de relações, construtor de afetos, facilitador de aprendizagens e agente de cultura. A merendeira, com seu trabalho cotidiano, proporciona acolhimento afetivo; o porteiro estabelece o primeiro contato com respeito e segurança; a equipe de limpeza mantém o ambiente saudável e propício à aprendizagem. Quando formados, todos esses profissionais ampliam sua capacidade de contribuir para o clima escolar e para a experiência de ensino-aprendizagem como um processo coletivo e transformador.

No âmbito prático, o PFCA oferece formações semipresenciais e modulares, abordando temas como competências básicas, políticas educacionais, gestão democrática, inclusão, BNCC, saúde escolar, entre outros — com carga horária de 60 h em períodos de 30 a 45 dias. No CEPAOF, essas formações são planejadas pela equipe pedagógica em confluência com a direção e com as necessidades locais, garantindo relevância e aplicabilidade. São também organizadas sessões internas de estudo e reflexões em horários de Atividade Complementar (AC), abordando temas emergentes e fortalecendo o desenvolvimento profissional em serviço.

Em síntese, a formação continuada no CEPAOF deve ser vista como um compromisso coletivo com o saber, com a equidade e com a dignidade no ambiente escolar. Ao integrar todos os agentes — desde os que recebem e os que preparam os alimentos até os que ensinam e os que organizam a gestão —, o programa

fortalece a escola como um espaço integral de educação, em que o aprendizado se constrói não apenas em disciplinas, mas nas relações, nos afetos e na escuta sensível de cada passo. Essa cultura de formação contínua e inclusiva é, sem dúvida, um fundamento sólido para avançar como comunidade educativa no município de Anguera.

A implementação da BNCC reforça a necessidade e atualização profissional já que ela exige o domínio de conhecimentos específicos, pedagogias ativas e contextualizadas que facilitem a aprendizagem dos objetos do conhecimento e desenvolvimento de competências pautadas pela Base, como as socioemocionais, o desenvolvimento integral e o projeto de vida dos estudantes.

Para tal, é necessário dar aos professores oportunidades de aprender em seu contexto de atuação e aplicar na prática – independente do tempo de formado do educador. A premissa é de que não só os estudantes das escolas brasileiras possam aprender de forma ativa e contextualizada, mas que a formação inicial e continuada também siga desta forma.

8.0. COMUNICAÇÃO ESCOLA / FAMÍLIA / COMUNIDADE

A escola é constituída por pessoas que se interagem através da comunicação e descobertas de novos conhecimentos, desde seus colaboradores que compreendem: porteiro, serventes, merendeiras, pessoal de apoio, diretores, coordenadores, professores, alunos, pais ou responsáveis. A comunicação entre a escola e as famílias se faz necessário e se torna eficaz quando estes autores (pais) confiam e cooperam com os professores a melhorarem as interações com a escola. Percebe o ambiente escolar de modo mais positivo desde as políticas educacionais e o progresso dos alunos.

A comunicação é uma forma importante de interação, o que se faz é de suma relevância para o homem enquanto ser social, e desta forma, é graças a ela que a sociedade evoluiu, e assim também a educação tem se evoluído.

Nossa escola conta com uma psicóloga, agente da ação social, além de professores, coordenadores e diretores que dialogam com os alunos e pais de forma

direta ou por meios eletrônicos no intuito de estreitar e aproximar mais a relação dos agentes da escola com os pais.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera referenciado pela BNCC, parte do pressuposto que, o currículo vem a ser o caminho para a organização de uma trajetória de escolarização que parte também do interesse coletivo repensando, ressignificando e alinhando as necessidades dos educandos de forma colaborativa apoiado nesta relação família, escola, comunidade. Conhecendo a importância da educação para o processo de socialização e interação entre o homem e seu meio, podemos entender família, como uma instituição e tem o seu papel singular na formação do caráter do educando.

É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa (DESSEN, M.A & POLONIA, A.C. 2007).

Para compreendermos melhor esta tríade família, escola e comunicação precisamos deixar claro o conceito de família e escola, bem como a importância da comunicação para ambas, assim, como a sua permanência no processo de ensino e aprendizagem.

A confiabilidade humana segue alguns critérios e um destes é a comunicação, que neste caso, está entre a escola e a família. A escola por sua vez, é representada pelo gestor e toda sua equipe de apoio com os coidealizadores de uma instituição de ensino que primem pela excelência.

O elo mais forte entre família e escola tem que ser a comunicação, e esta comunicação não poderá ter ruídos e a mesma deverá ser partilhada entre o binômio escola e família de forma direta ou indireta para que esta empreitada pedagógica tenha como resultado uma educação de qualidade. É de suma importância esclarecer que esta comunicação deverá ser efetiva e humanística entre a escola, família e comunidade, de modo, que colabore e desenvolva no educando competências e habilidades, como a BNCC indica, e tenderão minimizar conflitos e maximizar sua inteligência emocional.

A proteção do Estado à família é, hoje, princípio universalmente aceito e adotado nas Constituições da maioria dos países, independentemente do sistema político ou ideológico. A Declaração Universal dos Direitos do

Homem, votada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, assegura às pessoas humanas o direito de fundar uma família, estabelecendo o art. 16.3: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito a proteção da sociedade e do Estado. (LÔBO, 2011, p.17).

Assim sendo, a família e a escola não percam mais esta ligação e que a família possa perceber que por mais que uma escola esteja preparada em termos de infraestrutura e de profissionais da educação, esta escola nunca suprirá a carência deixada pela família ausente, e que juntos, conseguirão oferecer melhores perspectivas a seus educandos.

A comunicação entre família e escola no processo de aprendizagem tem reflexos muito importantes, pois ela está diretamente relacionada ao desenvolvimento dos alunos.

A função educativa da escola, portanto, imersa na tensão dialética entre reprodução e mudança, oferece uma contribuição complicada mas específica: utilizar o conhecimento, também social e historicamente construído condicionado, como ferramenta de análise para compreender, para além das aparências superficiais do status quo real – assumido como natural pela ideologia dominante -, o verdadeiro sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações. (SACRISTÁN & GÓMEZ, 1998, p. 22)

Dessa forma, o espaço de aprendizagem não pode ser visto somente como a sala de aula, tampouco a participação da família deve ocorrer de forma isolada em casa. Essa relação exige um trabalho conjunto entre as partes. A escola ao oferecer o espaço para a participação dos pais e destes ao colaborar com o planejamento e a gestão da aprendizagem dos seus filhos, até mesmo auxiliando com as práticas pedagógicas escolares. Os pais são fundamentais na aprendizagem e no progresso escolar dos seus filhos.

É importante que a escola esclareça como a presença dos pais ou responsáveis se torna um grande diferencial na vida escolar dos filhos. Isso também efeito nos plantões pedagógicos promovidos pela escola, sempre que houver a necessidade.

Também é possível utilizar os canais de comunicação para mantê-los informados sobre os acontecimentos da escola e dos estudantes. Dessa forma, a escola estará atuando além do diálogo comum, expandindo a forma e o jeito de se comunicar.

Para fins de garantir um foco direcionado aos problemas de aprendizagem, participação e convivência na escola, as reuniões pedagógicas com pais e responsáveis serão dirigidas prioritariamente por turmas ou séries, possibilitando a

cada pai ou responsável um diálogo direcionado ao contexto vivenciado pelos alunos em suas especificidades.

Em seu artigo primeiro, a LDB trata da educação de uma forma muito ampla. Ela reconhece que a escola compartilha a responsabilidade de educar as novas gerações (crianças, adolescentes) e também os jovens e adultos com várias outras instituições da sociedade; a família, a convivência humana, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais.

Quanto aos fins da educação, a LDB menciona três grandes objetivos a serem atingidos:

a) O pleno desenvolvimento da pessoa do educando. Trata-se, pois, do compromisso com o crescimento físico, emocional, intelectual, moral e espiritual das crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam a escola;

b) A sua preparação para o exercício da cidadania. Não se trata de ensinar apenas o conceito de cidadania. Preparar para o exercício da cidadania é criar oportunidades educativas que propiciem a prática e a vivência da cidadania por parte dos educandos e educadores;

c) A sua qualificação para o trabalho. A qualificação para o trabalho na Educação Básica não pode ser confundida com o ensino de uma profissão (educação profissional). Trata-se do desenvolvimento de conhecimentos e valores, hábitos e atitudes, que contribuam para o educando ingressar, permanecer e ascender no mundo do trabalho.

Neste sentido, a busca ativa é um instrumento vivo constante que ajuda a escola a se aproximar dos pais visando manter o aluno frequentando de forma regular a escola; o conselho escolar também dar sua contribuição nesta aproximação, pois seus membros dialogam com as famílias inseridas nesse processo.

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho tem um grupo aguerrido de colaboradores determinados que buscam alinhar as tendências pedagógicas com a realidade de nossa escola. A escola se configura como a instância que precisa do apoio da comunidade e da família para que tenha condições adequadas para garantir que todos tenham acesso ao legado cultural da humanidade.

9.0. DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

A implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho segue as diretrizes estabelecidas pela Portaria SEC nº 16/2025, publicada no site da Secretaria Municipal de Educação. Tal portaria instituiu a constituição de uma Comissão Colaborativa especificamente responsável pela atualização e (re)elaboração do PPP do CEPDOF, envolvendo gestores, equipe pedagógica, professores e representantes da comunidade escolar

Diretrizes Fundamentais

1. Formação da Comissão Colaborativa

A Portaria orienta a composição da Comissão, assegurando a participação coletiva de segmentos-chave da comunidade escolar. Essa comissão é responsável por conduzir o processo de construção ou revisão do PPP, garantindo representatividade e transparência em todas as etapas.

2. Alinhamento com documentos normativos

O PPP deve estar articulado ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), ao Regimento Escolar Unificado e à política curricular vigente, assegurando coerência com as diretrizes pedagógicas e legais do município.

3. Ampliação da gestão democrática

O processo de elaboração do PPP deve operar sob princípios de gestão democrática, conforme previsto na legislação educacional e reforçado pela prática da participação ativa de todos os atores escolares — gestores, professores, estudantes, famílias e funcionários — em diálogo aberto e construção compartilhada.

4. Cronograma participativo e formação continuada

A Secretaria deve fornecer um cronograma claro, com etapas definidas (diagnóstico, construção, audiência pública, revisão e homologação), com integração à Jornada Pedagógica e espaços de Formação Continuada alinhados às necessidades do PPP (como estudo, diagnóstico e socialização de resultados)

Esse conjunto de diretrizes garante que a elaboração do PPP no CEPDOF seja um processo vivo, democrático e fundamentado em documentos oficiais, reforçando a identidade da escola, a participação da comunidade e a qualidade educativa.

O PPP se trata do instrumento que tende ajudar a escola a superar desafios no dia-dia, de forma organizada, com foco nas maiores dificuldades, de maneira consciente, científica e participativa. O aglomerado de informações que o documento oferece, proporciona a escolha de melhores caminhos visando cumprir o papel da formação integral do aluno, dando sentido às suas intenções e objetivos.

A implementação do PPP sem dúvida representa o compromisso de uma comunidade escolar que almeja permanentes conquistas assertivas no cenário educacional, objetivando uma educação digna, justa e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que elenca diretrizes, metas e propostas para a instituição escolar, um instrumento balizador para o desenvolvimento da escola.

Assim, o Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho foi construído por várias mãos, logo, é um documento coletivo e assume papel fundamental para o desenvolvimento da escola, no entanto seus agentes educacionais devem ficar atentos a suas práticas pedagógicas e também às suas eventuais mudanças, devido à dinamicidade do nossa contemporaneidade, pois é imprescindível que suas ações busquem sempre a realidade social dos alunos, garantindo assim, a valorização dos seus saberes e também implementando atividades para a sua formação enquanto cidadão crítico capaz de colaborar com o meio em que vive como também transformá-lo. Trata-se então de um documento vivo.

O CEPAOF tem como missão proporcionar aos nossos educandos, um ambiente favorável ao estudo, relacionamento e convivência de toda a comunidade escolar. A sua visão é ser sempre um centro educacional de referência para toda a comunidade. Os valores que empregamos na instituição é o respeito, ética, responsabilidade com os estudos, respeito às diversidades, justiça e integração familiar.

O processo de construção do PPP nos remete a uma grande reflexão acerca do ensino público brasileiro, pois traz à tona modificações necessárias na estrutura educacional do país, pois já era sem tempo.

A escola pública é um grande instrumento de transformação social, logo é um instrumento de poder, no entanto a desigualdade social no Brasil é uma marca registrada.

Essa reflexão já mencionada nos incentiva a lutar por uma educação equitativa, já que as leis denotam uma garantia de uma educação digna para toda a população brasileira, assim, possuímos uma ferramenta que nos permite sonhar com uma educação que dê oportunidades iguais para nossos estudantes da cidade e do campo, diminuindo, assim, as desigualdades.

Assim, o compromisso de pensar e construir um documento que atenda, de fato, as reais necessidades dos nossos educandos alinhando a autonomia que a BNCC nos fornece, pode-se, sim, sonhar e desejar um ensino capaz de transformar essas desigualdades sociais, no entanto, para isso acontecer, precisaremos estar todos da comunidade escolar unidos, no sentido de fazer valer a construção de um documento tão importante como o Projeto Político Pedagógico.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis,RJ: Editora Vozes, 2013.

COBB, P. Onde está a mente? Uma coordenação das abordagens sócio-cultural e cognitivo- construtivista. C. T Fosnot (Org.). Construtivismo: Teorias, Perspectivas e Prática Pedagógica. (PP. 51-72). Porto Alegre: Artes Médicas.

DEMO,Pedro. Cidadania menor. Algumas indicações quantitativas de nossa pobreza. Petrópolis: Vozes, 1992

DESSEN, M. A. & POLIANA, A.C. A família e a escola como contexto de desenvolvimento humano. Disponível em < WWW. Scielo.br/ Paideia >. Acesso em 01/ 12/ 22.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam: São Paulo. Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática pedagógica . São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Silvia Perrone de Lima. Formações de professores(as) e relações interpessoais. Um estudo em São Bernardo do Campo. UESP, São Bernardo do Campo, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho e educação: a polissemia da categoria trabalho e a batalhas das ideias nas sociedades de classe. 2007. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/textos_fundo.jsp?ACAO=acao1>._____. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino. Disponível em: <www.sa.iffarroupilha.edu.br/.../201254104250192gaudencio_frigotto_>. Acesso em: 2015. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio integrado. Concepções e contradições. São Paulo: Fundação Osvaldo Cruz; Ed. Cortez, 2005.

GIROUX, Henry; SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA Tomaz Tadeu da (orgs). Currículo, Cultura e Sociedade; tradução de Maria Aparecida Baptista. 10.ed. São Paulo, Cortez, 2008.

Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004. ISBN 85-86382-03-5 1. Educação. 2. Educação - Qualidade. I. Título. II. Ação Educativa. III. Unicef. IV. PNUD. V. Inep-MEC.

Kosik, Karel. A didática do concreto.7 ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Kramer, S. (1989). Com a pré-escola nas mãos: Uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. Ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública - a pedagogia crítico social dos conteúdos. 19ª ed., São Paulo: Loyola, 2001.

LOBO, Paulo. Direito Civil: Famílias. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LUCKESI, C. C. Verificação ou Avaliação: O que pratica a escola? São Paulo: FNDE. (Série Ideias, n. 8), 1998

MATURANA, H. R. & VARELA, F. J. A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Pala Athenas, 2001.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ, Gomes, A. I. Compreender e Transformar o Ensino. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Aida Maria Monteiro.Tavares, Celina. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. REPAE. V.27, n.1, p.13-24, jan/ab, 2011.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar? Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.

PÁGINA VIRTUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
<http://www.educacaoanguera.ba.gov.br/>

SILVA, Aida Maria Monteiro.Tavares, Celina. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. REPAE. V.27, n.1, p.13-24, jan/ab, 2011.

SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo. Avaliação institucional e a gestão democrática na escola pública: um diálogo no município de Alagoinhas/PB. Revista Educação Pública, v. 19, nº 8, 30 de abril de 2019.

TIBA, I. Disciplina, limite na medida certa 1ª edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

LDB- Lei nº 9394/ 96 de 20 de dezembro de 1996. Educação Nacional. Brasília: MEC/ 1996. Brasil.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ. Gestão para o sucesso escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.